

**COMPANHIA DOCAS DO PARÁ**

**DECISÃO DOS RECURSOS  
(INFRARRELACIONADOS)**

I

**DOS RECURSOS**

Atualizado em 20 de agosto de 2019.

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL 001/2019 DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ**.

**RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA**

Inscrição	Nome	
933000864	Giseli Paulo De Oliveira	Analista Portuário - Contabilidade
933002467	Marlos Alex De Carvalho Freitas	Analista Portuário - Contabilidade
933003482	John Lincon Da Silva Neves	Analista Portuário - Contabilidade
933004255	Tarcisio Coelho Rego	Analista Portuário - Contabilidade
933004851	Douglas Inacio Amaral Da Costa	Analista Portuário - Contabilidade
933005996	Josiane Da Silva Martins	Analista Portuário - Contabilidade
933006245	Veridiano Silva Pinto Junior	Analista Portuário - Contabilidade
933006738	Sheldon Silva Pinto	Analista Portuário - Contabilidade
933007205	Gabriel Gonzaga Freire	Analista Portuário - Contabilidade
933007892	Laize Teixeira Araujo	Analista Portuário - Contabilidade
933008486	Priscila Kelly Goncalves Bezerra	Analista Portuário - Contabilidade
933011577	Sandro Luiz Cardoso Barreto	Analista Portuário - Contabilidade
933000309	Jose Antonio Gomes Da Silva	Analista Portuário - Direito
933000451	Luciana Leticia Barros Paulino De Souza	Analista Portuário - Direito

933000637	Patricia De Nazaré Mussi Pinheiro	Analista Portuário - Direito
933001790	Camila Pinto Esquerdo	Analista Portuário - Direito
933002088	Ana Manoela Piedade Pinheiro	Analista Portuário - Direito
933002204	Ana Paula Da Silva Lima	Analista Portuário - Direito
933002387	Márcio Fabrício Santos Da Silva	Analista Portuário - Direito
933002416	Adriana Ribas Melo Valente	Analista Portuário - Direito
933002979	Maricelia Cristiam Lopes Machado	Analista Portuário - Direito
933003134	Barbara Pinheiro Amanajas	Analista Portuário - Direito
933003292	Fernando Lucas Sousa Costa	Analista Portuário - Direito
933003413	Vinicius Amaral Quadros	Analista Portuário - Direito
933004758	Jessica Lima Trindade	Analista Portuário - Direito
933004832	Fernanda Neiva Frota Lima	Analista Portuário - Direito
933005202	Paulo Da Silva	Analista Portuário - Direito
933005298	Luana Patricia Vasconcelos	Analista Portuário - Direito
933005661	Luiz Felipe Azevedo Ferreira	Analista Portuário - Direito
933005735	Emile Kazue Maruoka Nunes	Analista Portuário - Direito
933005835	Paulo Roberto Albuquerque Gouveia	Analista Portuário - Direito
933005863	Welson Freitas Cordeiro	Analista Portuário - Direito
933006308	Camila Adriele Carvalho Branco De Oliveira	Analista Portuário - Direito
933006497	Adler Portilho Ferraz	Analista Portuário - Direito
933006524	Beatriz Castro Da Costa Vasconcelos	Analista Portuário - Direito
933006762	Ranier William Overal	Analista Portuário - Direito
933007102	Adriano César Barroso De Oliveira	Analista Portuário - Direito
933007141	Laise Souza De Alcantara	Analista Portuário - Direito
933007483	João Pereira Lima Filho	Analista Portuário - Direito
933008128	Suzane Da Silva Melero	Analista Portuário - Direito
933008239	Jéssica Anne Saraiva Brisolla	Analista Portuário - Direito

933008531	Alan Chaves Batista	Analista Portuário - Direito
933008689	Thais Magno Gomes	Analista Portuário - Direito
933008729	Nicelma Lucia Lima De Oliveira	Analista Portuário - Direito
933008751	Jaime Fernandes De Mattos Junior	Analista Portuário - Direito
933009126	Ricardo Gomes Costa	Analista Portuário - Direito
933009430	Camila Marques Da Silva Costa	Analista Portuário - Direito
933009843	Ruana Sampaio Dos Santos Freitas Quaresma	Analista Portuário - Direito
933009890	Paloma Moutinho Schlichting	Analista Portuário - Direito
933009984	Andressa Da Silva Martins	Analista Portuário - Direito
933010152	Flaviana Vieitas Melo Dos Santos	Analista Portuário - Direito
933010693	Victória Medeiros De Rezende	Analista Portuário - Direito
933010905	Luiza Botelho Lobo	Analista Portuário - Direito
933011301	Albert Barcessat Gabbay	Analista Portuário - Direito
933012088	Lucas Tembra Lima	Analista Portuário - Direito
933000984	Gabriel Villas Boas De Amorim Lima	Analista Portuário - Engenharia Civil
933001637	Raimundo De Oliveira Costa Junior	Analista Portuário - Engenharia Civil
933002514	Danielle Karina De Azevedo Vatrax	Analista Portuário - Engenharia Civil
933005407	Whilde Carlos Moraes Da Cunha	Analista Portuário - Engenharia Civil
933005421	Anderson Alves De Carvalho	Analista Portuário - Engenharia Civil
933007214	Walison Rodrigues De Oliveira	Analista Portuário - Engenharia Civil
933008159	Yverton Homero Ramos Branco	Analista Portuário - Engenharia Civil
933008736	Leonardo Barros Menezes Cabral	Analista Portuário - Engenharia Civil
933000084	Igor Do Nascimento Sudário	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933001993	Cássia Da Silva Lobato	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933003143	Erika Gomes Da Costa	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933003310	Jacinea De Almeida Guedes Correa	Analista Portuário - Gestão de Pessoas

933004463	Denisio De Jesus Costa Lima	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933004689	Filipe Augusto De Souza Rodrigues	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933005971	Cecilia Ribeiro Guimaraes	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933006329	Hilda Helena Vieira Martins	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933006722	Camila Luciana Trindade Dos Santos	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933006807	Leocilene Do Socorro Alves De Souza	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933006826	Louise Vasconcelos De Sá	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933007821	Giovani Guimarães Lisboa	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933009432	Erick Patrick Guimaraes Da Silva	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933009529	Renan Marcel Costa Goncalves	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933009902	José Antonio De Sousa Nascimento	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933010024	Felipe Costa Dos Santos	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933010214	Adão Maxmiliano De Souza Regis	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933011802	Dyene Pires Gomes	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933011849	Gabriel Arcanjo Souza De Lima	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933012061	Damiris Miriam Pantoja Ribeiro	Analista Portuário - Gestão de Pessoas
933002331	Keyla Cardoso De Sousa	Analista Portuário - Gestão Portuária
933002975	Claudio Benedito Correa Ramos Fiel	Analista Portuário - Gestão Portuária
933003113	Leonardo Queiroga De Sousa	Analista Portuário - Gestão Portuária
933005843	Bruna Guimarães Freitas	Analista Portuário - Gestão Portuária
933007050	Juliana Carvalho Silva	Analista Portuário - Gestão Portuária
933007402	Fabio Luiz Baia Barreto Moreira	Analista Portuário - Gestão Portuária
933009324	Matteus Sant Anna Sobrinho Dos Santos	Analista Portuário - Gestão Portuária
933010575	Osvaldo Valente Penedo Filho	Analista Portuário - Gestão Portuária
933003736	Erika De Sousa	Analista Portuário - Meio Ambiente
933004316	Victoria Veras Da Costa Pinheiro	Analista Portuário - Meio Ambiente
933005737	Ricardo Briglia Ramos	Analista Portuário - Meio Ambiente

933006031	Elison José Mota	Analista Portuário - Meio Ambiente
933006045	Jefferson Martins Oliveira	Analista Portuário - Meio Ambiente
933006932	Roberta Andrade Ribeiro	Analista Portuário - Meio Ambiente
933007889	Paulo De Oliveira Arnaud Ferreira	Analista Portuário - Meio Ambiente
933007986	Kênia Nassau Fernandes	Analista Portuário - Meio Ambiente
933011187	Edilaine Cristina Pamplona Menezes	Analista Portuário - Meio Ambiente
933011822	Éverton Costa Dias	Analista Portuário - Meio Ambiente
933000088	Igor Do Nascimento Sudário	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933000174	Yan Carlos Serrão Parente	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933000412	Gessica Nayara Fernandes Meireles	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933000525	Liliane Gonçalves Da Silva	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933000757	Jorgete Oliveira Da Costa	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933000859	Natasha Neiva Martins	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933001162	Paulo Cesar Rodrigues De Moraes	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933001459	Matheus Almeida Ribeiro	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933001881	Tamara Stefany Siqueira Tavares	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933002462	Cladenilson De Carvalho Rebouças	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933002553	Carlos Danilo Correa Barbosa	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933002602	Paulo Roberto Araújo Filho	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933003146	Erika Gomes Da Costa	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933008082	Willames Paulo Braz Trindade	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933009167	Hugo Jordan Santos Souza	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933009235	Gisele De Souza Martins	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933009820	Camila Vieira Da Silva Gomes	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933010519	Pedro Júnior Dos Santos Sá	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933011537	Paula Laranjeira Lacerda	Técnico Portuário - Administrativo - Operacional
933000629	Jefferson Nunes Leão	Técnico Portuário - Manutenção e

		Acompanhamento Portuário
933006306	Carlos Kleyton Coutinho Leal	Técnico Portuário - Manutenção e Acompanhamento Portuário
933009827	Alexandre Oliveira Do Nascimento	Técnico Portuário - Manutenção e Acompanhamento Portuário
933005138	Maruza Waldeck Dias	Técnico Portuário - Meio Ambiente
933003126	Liliane De Freitas Terra Lellis	Técnico Portuário - Programação e Controle de Serviços de Tecnologia da Informação
933003253	Matheus Pereira Farias	Técnico Portuário - Programação e Controle de Serviços de Tecnologia da Informação
933008623	Rogênio Lima Belém	Técnico Portuário - Programação e Controle de Serviços de Tecnologia da Informação
933009675	Herivelton Malcher De Sousa	Técnico Portuário - Programação e Controle de Serviços de Tecnologia da Informação
933001661	Ludmila Ramos Dos Santos	Técnico Portuário - Segurança do Trabalho
933010120	Amanda Da Silva Souza	Técnico Portuário - Segurança do Trabalho

**II**  
**DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS**  
**ANÁLISE DOS RECURSOS**

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

**Cargo: Analista Portuário - Contabilidade**

**Questão: 01**

**Recurso procedente. Questão anulada.**

O enunciado é enfático ao afirmar que os termos foram apresentados sem a utilização do hífen. No entanto, há duas palavras a serem analisadas (inter-racial e anti-ibérico) que contrariam tal afirmação. Dessa forma, devido à inconsistência presumida no enunciado, comprometendo o entendimento da questão, esta foi anulada.

**Questão: 03**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o texto, “o tema da limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo tem suscitado controvérsias na doutrina maritimista em todo o mundo e, especialmente, no Brasil”. Consequentemente, a obra *Limitação da Responsabilidade Civil no transporte marítimo* aborda um tema controvertido na doutrina maritimista nacional e internacional, estando correta a alternativa A. A obra decorre de pesquisa financiada com recursos da Capes e do Projeto Pesquisador Visitante Estrangeiro. Portanto, não houve ausência de financiamento público para as pesquisas que originaram sua produção, estando incorreta a alternativa B. Em vez de inibir, ela objetiva contribuir para o aumento da segurança jurídica no comércio marítimo internacional, estando incorreta a alternativa C. Ela objetiva não coagir, senão informar usuários de serviços de transportes aquaviários, armadores, investidores, seguradoras (transporte, carga e de infraestrutura), práticos, portuários, agentes marítimos, prestadores de serviços portuários, despachantes aduaneiros, marítimos, reguladores de transportes e portos, estando incorreta a alternativa D. O texto não destaca que o instituto da limitação da responsabilidade civil está difundido em várias convenções internacionais realizadas na Bélgica, e sim que o instituto da limitação da responsabilidade civil está difundido em várias convenções internacionais, sendo que, na Bélgica, foi realizada a de 1924. Assim, está incorreta a alternativa E.

Fonte: PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007.

**Questão: 08**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto à frase “De um lado, há os que sustentam que se trata de mais um artifício para os proprietários de navios aumentarem os seus lucros”, a alternativa que, de acordo com a Norma Culta, mostra a substituição correta para o excerto “há os que sustentam” é a letra E, ou seja, “devem existir os que sustentam”. Aproveitando-se o indicado nas alternativas da questão, outras possibilidades de reescritura correta do excerto seriam: “há aqueles que sustentam” e “deve haver os que sustentam”.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

**Questão: 09**

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa C.**

No tocante ao fragmento “No Brasil, o mercado segurador da carga tem sido um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças”, a alternativa que introduz uma modificação necessária para que ele adquira uma característica inerente ao texto preditivo é a letra C, por conter um verbo conjugado no futuro do presente do modo indicativo. As demais alternativas exploram as funções poética, fática e expressiva da linguagem.

Fonte: CLARA AMORIM, Catarina Sousa. *Gramática da língua portuguesa*. Porto: Areal, 2012.

**Questão: 34**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui fulcro na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. O item 9 dessa norma apresenta, a definição dos seguintes termos:

**Outras receitas** representam os valores que sejam oriundos, principalmente, de baixas por alienação de ativos não-circulantes, tais como resultados na venda de imobilizado, de investimentos, e outras transações incluídas na demonstração do resultado do exercício que não configuram reconhecimento de transferência à entidade de riqueza criada por outras entidades.

**Valor adicionado** representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

**Insumo adquirido de terceiros** representa os valores relativos às aquisições de matérias-primas, mercadorias, materiais, energia, serviços, etc. que tenham sido transformados em despesas do período. Enquanto permanecerem nos estoques, não compõem a formação da riqueza criada e distribuída.

**Valor adicionado recebido em transferência** representa a riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida, como por exemplo receitas financeiras, de equivalência patrimonial, dividendos, aluguel, *royalties*, etc. Precisa ficar destacado, inclusive para evitar dupla-contagem em certas agregações.

**Receita de venda de mercadorias, produtos e serviços** representa os valores reconhecidos na contabilidade a esse título pelo regime de competência e incluídos na demonstração do resultado do período.

Com base no exposto, verifica-se que a citação do enunciado refere-se ao Valor Adicionado.

Portanto, a resposta correta é a letra **B) Valor Adicionado**.

Fonte: Item 9 da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

#### Questão: 36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Trata-se de um conceito básico sobre o assunto intitulado “Avaliação de Investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial” e a questão fornece todos os elementos necessários para a obtenção da resposta correta. A saber:

<b>1º Passo: Cálculo do Investimento Anterior</b>	
<b>Patrimônio Líquido Inicial</b>	<b>10.000,00</b>
<b>x 60%</b>	
<b>Investimento</b>	<b>6.000,00</b>
<b>2º Passo: Composição do PL Atual</b>	
<b>Capital Social</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Reservas</b>	<b>4.000,00</b>
<b>Prejuízo</b>	<b>(2.000,00)</b>
<b>Total</b>	<b>12.000,00</b>
<b>3º Passo: Cálculo do Investimento Atual</b>	
<b>Patrimônio Líquido Atual</b>	<b>12.000,00</b>
<b>x 60%</b>	
<b>Investimento</b>	<b>7.200,00</b>

<b>4º Passo - Encontrando o Resultado da Equivalência no período</b>	
<b>Investimento Anterior</b>	<b>6.000,00</b>
<b>( - )</b>	
<b>Investimento Atual</b>	<b>7.200,00</b>
<b>( = )</b>	
<b>Resultado com equivalência</b>	<b>1.200,00</b>

Com base no exposto, a contabilização correta é apresentada pela letra **A) Débito de investimentos em Coligadas e Controladas e Crédito de Resultado Positivo na Equivalência Patrimonial de R\$ 1.200,00.**

Fonte: RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Pág. 234.

**Questão: 37**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O método de custeio por absorção é o critério utilizado para fins de evidenciação legal do resultado, sendo utilizado para fins societários e fiscais. O método aumenta o controle dos agentes externos à entidade sobre o impacto da informação de custo nos resultados contábeis. Além disso, atende às exigências societárias e fiscais e aloca aos produtos os custos incorridos no processo de fabricação, sejam eles diretos ou indiretos, fixos ou variáveis. Por sua vez, as despesas de vendas não incorporam o custo do produto, sendo registradas diretamente no resultado do período.

Fonte: CARDOSO, Ricardo L; MÁRIO, Poueri, do C.; AQUINO, André C. B. **Contabilidade Gerencial**, editora Atlas.

**Questão: 38**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede em seu enunciado o lucro líquido da empresa antes dos impostos em janeiro de 2019, usando o Método de Custeio Variável.

Este é obtido do seguinte modo:

	Lazer	Social	Empresa
Receita Líquida	12.000,00	14.000,00	26.000,00
CMV	- 6.600,00	- 9.000,00	- 15.600,00
Margem de Cont.	5.400,00	5.000,00	10.400,00
Custos fixos			- 4.000,00
Despesas fixas			- 2.000,00
LAIR			4.400,00

Fonte: CARDOSO, Ricardo L; MÁRIO, Poueri, do C.; AQUINO, André C. B. **Contabilidade Gerencial**, editora Atlas.

**Questão: 40**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No ponto de equilíbrio contábil, o lucro contábil é igual a zero. Já no ponto de equilíbrio financeiro, a geração líquida de caixa é nula, de modo que o caixa gerado é igual ao caixa consumido no período. Além disso, o ponto de equilíbrio financeiro não considera a depreciação, enquanto o contábil considera. Ainda, os dois podem ser calculados em termos de quantidade de unidades e monetários.

Fonte: CARDOSO, Ricardo L; MÁRIO, Poueri, do C.; AQUINO, André C. B. Contabilidade Gerencial, editora Atlas.

**Questão: 42**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede a margem de segurança da empresa em 2018, a partir das informações fornecidas.

A resolução é a seguinte:

preço	10.000
desp.var.	1.000
custos var.	4.000
margem de cont.	5.000
Gastos fixos	1.920.000
Ponto de Equilíbrio	384
Venda	500
Margem de segurança	23,20%

Fonte: CARDOSO, Ricardo L; MÁRIO, Poueri, do C.; AQUINO, André C. B. Contabilidade Gerencial, editora Atlas.

**Questão: 47**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O artigo 17 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 estabelece as atividades cuja opção pelo Simples é vedada. Dentre essas, encontra-se listada:

“Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:

X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de:

b) bebidas não alcoólicas a seguir descritas:

(...)

2 - refrigerantes, inclusive águas saborizadas gaseificadas;”

Fonte: Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujo acesso é possível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm)

**Cargo: Analista Portuário - Direito**

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>01</b>	<b>08</b>	<b>04</b>	<b>09</b>

**Recurso procedente. Questão anulada.**

O enunciado é enfático ao afirmar que os termos foram apresentados sem a utilização do hífen. No entanto, há duas palavras a serem analisadas (inter-racial e anti-ibérico) que contrariam tal afirmação. Dessa forma, devido à inconsistência presumida no enunciado, comprometendo o entendimento da questão, esta foi anulada.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>02</b>	<b>09</b>	<b>05</b>	<b>10</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Fórum” (1º§) leva acento por ser uma paroxítona terminada em “um”. Está correta, portanto, a primeira afirmação. “Artifício” (1º§) é acentuada não por ser proparoxítona, mas por constituir uma paroxítona terminada em ditongo crescente. Assim, está incorreta a segunda afirmação. “Há” (2º§) não é oxítona, e sim um monossílabo tônico, estando incorreta a terceira afirmação. “Portuários” (2º§) não recebe acento porque a vogal “a” figura sozinha numa sílaba, e sim por ser uma paroxítona terminada em ditongo crescente. Assim, está correta a alternativa A.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional 2010.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>03</b>	<b>10</b>	<b>01</b>	<b>06</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o texto, “o tema da limitação da responsabilidade civil no transporte marítimo tem suscitado controvérsias na doutrina maritimista em todo o mundo e, especialmente, no Brasil”. Consequentemente, a obra *Limitação da Responsabilidade Civil no transporte marítimo* aborda um tema controvertido na doutrina maritimista nacional e internacional, estando correta a alternativa A. A obra decorre de pesquisa financiada com recursos da Capes e do Projeto Pesquisador Visitante Estrangeiro. Portanto, não houve ausência de financiamento público para as pesquisas que originaram sua produção, estando incorreta a alternativa B. Em vez de inibir, ela objetiva contribuir para o aumento da segurança jurídica no comércio marítimo internacional, estando incorreta a alternativa C. Ela objetiva não coagir, senão informar usuários de serviços de transportes aquaviários, armadores, investidores, seguradoras (transporte, carga e de infraestrutura), práticos, portuários, agentes marítimos, prestadores de serviços portuários, despachantes aduaneiros, marítimos, reguladores de transportes e portos, estando incorreta a alternativa D. O texto não destaca que o instituto da limitação da responsabilidade civil está difundido em várias convenções internacionais realizadas na Bélgica, e sim que o instituto da limitação da responsabilidade civil está difundido em várias convenções internacionais, sendo que, na Bélgica, foi realizada a de 1924. Assim, está incorreta a alternativa E.

Fonte: PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>04</b>	<b>06</b>	<b>02</b>	<b>07</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O termo “maritimista”, localizado no texto, decorre do processo de formação de palavras denominado derivação sufixal, visto que ao radical “maritim” é acrescentado o sufixo “ista”, estando, assim, correta a alternativa C.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>05</b>	<b>07</b>	<b>03</b>	<b>08</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “O livro decorre de pesquisa financiada com recursos da Capes e do Projeto Pesquisador Visitante Estrangeiro”, o verbo “decorrer”, que tem o mesmo significado de “derivar” e “originar-se” e que está devidamente conjugado na terceira pessoa do presente do modo indicativo, é classificado como transitivo indireto, estando correta a alternativa E.

Fonte: LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	04	09	05

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

É correto afirmar que o pronome ela, em “Ela tem o fito de informar usuários de serviços de transportes aquaviários, armadores, investidores, seguradoras (transporte, carga e de infraestrutura), práticos, portuários, agentes marítimos, prestadores de serviços portuários, despachantes aduaneiros, marítimos, reguladores de transportes e portos.” (2º§), dá continuidade às explanações sobre um livro mencionado anteriormente no texto, cujo título é “Limitação da Responsabilidade Civil no transporte marítimo. Assim, está correta a alternativa D.

Fonte: PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
08	02	10	01

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto à frase “De um lado, há os que sustentam que se trata de mais um artifício para os proprietários de navios aumentarem os seus lucros”, a alternativa que, de acordo com a Norma Culta, mostra a substituição correta para o excerto “há os que sustentam” é a letra E, ou seja, “devem existir os que sustentam”. Aproveitando-se o indicado nas alternativas da questão, outras possibilidades de reescritura correta do excerto seriam: “há aqueles que sustentam” e “deve haver os que sustentam”.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	03	06	02

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa C.**

No tocante ao fragmento “No Brasil, o mercado segurador da carga tem sido um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças”, a alternativa que introduz uma modificação necessária para que ele adquira uma característica inerente ao texto preditivo é a letra C, por conter um verbo conjugado no futuro do presente do modo indicativo. As demais alternativas exploram as funções poética, fática e expressiva da linguagem.

Fonte: CLARA AMORIM, Catarina Sousa. *Gramática da língua portuguesa*. Porto: Areal, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	15	12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

A questão não apresenta erros que levem à anulação, porque você tem que digitar o [www] em primeiro, desta forma, o termo “digitar” faz sentido no enunciado, uma vez que somente com o CTRL + ENTER não se completa o endereço.

As alternativas incorretas e suas respectivas formas corretas são:

Para se enviar um e-mail **não** é necessário que remetente e destinatário estejam conectados à Internet;

Uma conexão dial-up, que pode ser utilizada para enviar e-mails, **não** é considerada banda larga.

Um endereço de e-mail **precisa ter, obrigatoriamente**, o @ (arroba).

Fontes: SILVA, M. G. da – Informática – Terminologia: Microsoft Windows 7, Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010, Microsoft Office Access 2010. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2011. – Pág.: 69 – Capítulo – Internet.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	16	20	19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sequência é uma P.A. dada por:

(25, 60, 95, 130, 165, 200, 235, 270, 305, 340, 375, ...)

Note que a razão da PA é 35.

Logo, o 10º termo é: 340 e a soma dos 11 termos é: 2200.

Portanto, a razão S/X será:  $2200/(340-25) = 6,98$

Mantém-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	17	16	18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Há um erro quanto ao raciocínio do recurso interposto. Considerando que o número de passageiros é 1.256, verifica-se que a questão não possui erro:

“1/4 dos passageiros estava realizando sua primeira viagem”:  $1256/4 = 314$ . Logo, 314 estavam em sua primeira viagem.

“1/3 dos demais ( $1256-314 = 942$ ) estava em sua segunda experiência em cruzeiro”:  $942/3 = 314$ . Logo, 314 também estavam em sua primeira viagem.

“Metade dos passageiros que fizeram mais de duas viagens contavam com um número maior que 10 de viagens realizadas.”: 628 contavam com uma ou duas viagens e 628 contavam com mais. Desses 628, metade contava com mais de 10 viagens e a outra metade com um número entre 3 e 10. Portanto, o valor também é 314 para cada caso.

Desse modo, o número total de passageiros é:  $314*4 = 1256$ .

Conforme gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>21</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>24</b>

**Recurso procedente. Gabarito Alterado para a alternativa D.**

O edital que regulamenta o presente certame previu de forma ampla os conhecimentos específicos exigidos de cada cargo. Considerando que a presente questão está em conformidade com os quesitos e a temática do conteúdo programático indicados na disciplina de “Conhecimentos Específicos”, não há o que declarar sobre ‘ausência de previsão editalícia’. Verifica-se, portanto, que a questão aborda e discorre sobre tópico que consagra a formação do cargo em relação aos conhecimentos específicos, ou seja, encontra-se consoante às normas estabelecidas no Edital. No que se concerne ao gabarito da prova, observa-se que a resposta que atende corretamente ao enunciado está contemplada na alternativa de letra “D”, que contém a expressa reprodução do inciso V, do artigo 2º da Lei nº 12.815/13. Desta feita, o gabarito foi alterado para a alternativa “D”.

Fonte: Lei n.º 12.815/13.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>22</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O edital que regulamenta o presente certame previu de forma ampla os conhecimentos específicos exigidos de cada cargo. Considerando que a presente questão está em conformidade com os quesitos e a temática do conteúdo programático indicados na disciplina de “Conhecimentos Específicos”, não há o que declarar sobre ‘ausência de previsão editalícia’. Verifica-se, portanto, que a questão aborda e discorre sobre tópico que consagra a formação do cargo em relação aos conhecimentos específicos, ou seja, encontra-se consoante às normas estabelecidas no Edital. O recurso é improcedente.

Fonte: Lei n.º 12.815/13.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>23</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O edital que regulamenta o presente certame previu de forma ampla os conhecimentos específicos exigidos de cada cargo. Considerando que a presente questão está em conformidade com os quesitos e a temática do conteúdo programático indicados na disciplina de “Conhecimentos Específicos”, não há o que declarar sobre ‘ausência de previsão editalícia’. Verifica-se, portanto, que a questão aborda e discorre sobre tópico que consagra a formação do cargo em relação aos conhecimentos específicos, ou seja, encontra-se consoante às normas estabelecidas no Edital. O recurso é improcedente.

Fonte: Lei n.º 12.815/13.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>24</b>	<b>22</b>	<b>24</b>	<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando o Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, não compete às Comissões de Ética, conduzir em seu âmbito a avaliação da gestão da ética conforme processo coordenado pela instância Superior. As demais opções de respostas estão concernentes no tocante à legislação mencionada, considerando os artigos a seguir: “I - atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade; II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto 1.171, de 1994, devendo: a) submeter à Comissão de Ética Pública propostas para seu aperfeiçoamento; b) dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos; c) apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes; e d) recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina; IV - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas” (...) Ressalta-se que a ausência do conectivo de percebido na alternativa de resposta B não evidencia imprecisão gramatical, já que se trata de expressão bastante comum, considerando o contexto jurídico. Outro fator preponderante é que a alternativa de resposta se apresenta totalmente compreensível de acordo com o conteúdo em discussão. Dessa forma, a relação a ser estabelecida por tal articulador não comprometeu o sentido e o entendimento da afirmação. Verifica-se, portanto, que não há outra opção que atenda ao questionamento abordado, devendo o gabarito ser mantido.

Fonte: DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	27	28	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão em tela foi elaborada com base na Lei das Concessões. Lei 8.987/95, prevista no conteúdo programático do cargo de Analista Portuário – Direito. Assim, não há motivos para anulação e/ou alteração do gabarito.

Fonte: Edital Nº 01 de 03 de maio DE 2019. Disponível em: [https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6\\_535461.pdf](https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6_535461.pdf)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	33	30	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta que a resposta da questão está na assertiva “C”, exatamente como apontado no resultado oficial. Provavelmente, o candidato equivocou-se na conferência do gabarito. Desta forma, o recurso é improcedente e o gabarito foi mantido.

Fonte: Gabarito oficial

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	36	35	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva apresentada no item III está equivocada, na medida em que o termo “sempre” aponta como absoluta a preponderância do interesse público sobre o privado, afastando-se qualquer hipótese de

relativização. Em que pese a compreensão inicial de uma prevalência dos interesses públicos, de fato tal princípio não se destaca como absoluto, tal como reconhece Maria Sylvia Zanella de Pietro. Neste sentido, Daniel Antônio Moraes Sarmiento leciona que [...] “a solução para a colisão entre direitos fundamentais e interesses públicos não é singela. A busca da solução constitucionalmente adequada deve respeitar os chamados ‘limites dos limites’ dos direitos fundamentais, e certamente não passa por qualquer princípio de supremacia do interesse público. Aceitar que a solução destes conflitos se dê através da aplicação do princípio em referência seria, para usar a famosa expressão de Dworkin, não levar a sério os direitos fundamentais. E pode-se dizer tudo da Constituição de 88, menos que ela não tenha levado a sério estes direitos”.

**Fontes:**

- PIETRO, DI, Maria Zanella. Direito Administrativo, 30ª edição.
- SARMENTO, D. A. M. Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público. SARMENTO, Daniel (org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	35	36	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões de recurso apresentadas sustentam tratar-se a alternativa D, aquela cuja resposta atende corretamente ao indagado no enunciado da questão, de fato, a afirmação procede. Contudo, observa-se que a alternativa indicada está em total acordo com o gabarito preliminar publicado, não havendo que se falar em alteração.

Fonte: *SOBREIRA, Fabio Tavares*. Série Método de Estudo OAB - Direito Constitucional.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	41	38	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. O comando da questão determina o assinalamento da única alternativa correta a respeito da classificação dos negócios jurídicos. Dentre as alternativas constam classificações diversas com suas respectivas definições, viabilizando a correta interpretação da questão. Nesta senda, não há de se falar em incompletude de informações fornecidas pelo comando da questão. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único / Flávio Tartuce. 5. Ed. Rev., atual. E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	38	39	39

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. O tema proposto na questão em comento trata da propriedade e suas classificações, inserido no conteúdo programático, uma vez que encontra-se previsto neste conteúdo o tema “Da propriedade.” (vide Edital nº 01 de 03 de maio de 2019, página 23). Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único / Flávio Tartuce. 5. Ed. Rev., atual. E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	48	44	50

**Recurso procedente. Questão Anulada.**

"A partir da vigência da Lei n. 12.740/2012 (que revogou a Lei n. 7.369/1985), a base de cálculo passou a ser o salário básico, logo a questão não possui alternativa correta."

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	49	45	47

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui somente uma alternativa correta. Nos termos do Art. 444 da CLT e seu parágrafo único, as relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes. Assim, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderão, através de contrato individual de trabalho, fixar hipóteses previstas no art. 611-A da CLT, inclusive redução do intervalo e implantação de banco de horas anual. Os demais funcionários que não atenderem os requisitos acima poderão ter o intervalo alterado e implantado o banco de horas, contudo, há necessidade de ser expresso em norma de convenção coletiva de trabalho. Diante disto, resta correta apenas a alternativa "E".

Fonte: Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	50	42	49

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão impugnada aborda o tema relativo às férias do empregado, havendo expressa previsão no conteúdo programático do cargo. Quanto ao enunciado, não se vislumbra nenhum equívoco, pois o mesmo trouxe a regra geral, já as alternativas abordaram as demais estipulações sobre o tema. Ressalta-se haver apenas uma alternativa correta, logo não há motivos para anulação da questão.

Fonte:

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT  
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)
- Edital Nº 01 de 03 de maio DE 2019.  
Disponível em: [https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6\\_535461.pdf](https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6_535461.pdf)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	43	49	46

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O fato do empregado ter sido condenado judicialmente e ter sido cassado o seu diploma faz com que ele perca da habilitação e/ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão. Sem a autorização para o exercício da profissão esse empregado simplesmente não pode ser mantido no seu posto de trabalho porque não pode entregar ao tomador do serviço a atividade produtiva pela qual é pago. Logo, faltas venais, que decorrem das vicissitudes da profissão, geram a rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

Fonte: Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	44	47	43

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos termos do §2º do Art. 818 e do Art. 844 e §4º, todos da CLT, apenas as afirmativas II e III estão corretas. Assim, a resposta para a questão a alternativa “E”.

Fonte: Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	45	43	42

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão busca o conhecimento dos candidatos acerca de quais os serviços auxiliares à Justiça do Trabalho. A CLT regula os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho nos arts. 710 e segs. Como os auxiliares da Justiça são os órgãos e pessoas que participam do processo, prestando serviços à administração da Justiça, sem interesse no resultado prático visado pelo processo. Os advogados são partes que possuem interesses, logo não são considerados auxiliares da Justiça.

Fonte: Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)

**Cargo: Analista Portuário - Engenharia Civil**

**Questão: 01**

**Recurso procedente. Questão Anulada.**

O enunciado da questão é enfático ao solicitar a identificação das palavras acentuadas pelo mesmo motivo. Considerando que as palavras dúvida e metodológica são proparoxítonas, ou seja, são obrigatoriamente acentuadas na antepenúltima sílaba, assim como as palavras período e política, diante do exposto a questão foi anulada. **Verifica-se, portanto, que há duas opções de respostas que atendem ao enunciado da questão.**

**Questão: 06**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “A Lei n. 12.815/2013 trouxe alterações positivas para o sistema de planejamento do Setor Portuário”, quanto a sua predicação, o verbo “trazer”, devidamente conjugado na terceira pessoa do singular do pretérito

perfeito do modo indicativo, é classificado como “bitransitivo”, por ser empregado com dois objetos, um direto e outro indireto, concomitantemente, estando correta a alternativa C. Para mais detalhes, consultar LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 2010, p. 516.

**Questão: 07**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Professor: Tiago Pellizzaro

Para manter a coerência da mensagem veiculada no texto, a conjunção, “entretanto”, que é coordenativa adversativa, presente no segundo parágrafo, SÓ não pode ser substituída por “por conseguinte”, que representa uma locução conjuntiva coordenativa conclusiva, estando correta a alternativa E. As demais alternativas apresentam uma conjunção ou locução conjuntiva coordenativa adversativa. Para mais detalhes, consultar CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 290.

**Questão: 13**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

*Rootkits*: são códigos mal-intencionados feitos para esconder outros vírus, dificultando sua remoção.

Stealth vírus: (vírus camuflados) tentam ao máximo esconder sua presença

Quanto aos vírus stealth eles tentam, ao máximo, esconder sua presença.

Fonte: SILVA, M. G. da – Informática – Terminologia: Microsoft Windows 7, Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010, Microsoft Office Access 2010. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2011. – Pág.: 103 e 104

**Questão: 20**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para negarmos uma proposição composta ligada pelo conectivo operacional “e”, basta negarmos ambas as proposições individuais (simples) e trocarmos o conectivo “e” pelo conectivo “ou”.

Alternativa correta: C) “Arthur agiu de má-fé ou seu Processo Disciplinar não deve ser arquivado”.

Fonte: MARIANO, Fabrício. Raciocínio Lógico para Concursos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

**Questão: 24**

**Recurso procedente. Questão Anulada**

A questão possui duas respostas corretas, uma vez que, a alternativa “E” encontra-se de acordo com o que se expressa no inciso VIII, da Seção I, do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que assim dispõe: Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação. Desta feita, a questão foi anulada.

**Questão: 27**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático informava que o candidato deveria ter conhecimentos sobre “*Compras na Administração Pública. Licitações e contratos*”. O enunciado da questão exige que o candidato aponte conceitos e características básica da licitação e contratos. A única alternativa que responde corretamente ao proposto pela questão é a alternativa “A” que é a reprodução fiel do texto do “*Art. 5º-A. As normas de licitações e*

*contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei". Portanto, não se vislumbra nenhum equívoco na redação da referida alternativa.*

Fonte: Edital Nº 01 de 03 de maio DE 2019.

Disponível em: [https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6\\_535461.pdf](https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6_535461.pdf)

#### **Questão: 28**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresentada aos candidatos exigia conhecimentos sobre os princípios que regem o processo licitatório e seus conceitos. Foi solicitado que fosse indicada a alternativa incorreta. Somente a alternativa "C" está errada, pois o conceito apresentado se refere ao Princípio da competitividade.

A alternativa "A" está correta, uma vez que o princípio do julgamento objetivo indica que o julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes deve ser pautado por critérios objetivos elencados na legislação. A adoção de critérios subjetivos para o julgamento das propostas é contrária ao princípio da isonomia. Assim, o julgamento das propostas será objetivo quando apresentar os seguintes critérios de julgamento: (i) menor preço; (ii) melhor técnica; (iii) técnica e preço; e (iv) maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

Fonte: OLIVEIRA, Rafael Rezende. *Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática, 8ª edição.*

#### **Questão: 30**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que o gabarito deve ser alterado da letra C para a letra D, pois, os custos financeiros são computados nos levantamentos de custos oriundos do processo de orçamentação. O recurso não se sustenta, eis que o conceito descrito na questão está correto, pois a defasagem entre o desembolso e a receita sempre terão a efetivação de juros, por menor que seja o prazo. O item é falso, pois, o custo é sempre pago a prazo e não à vista. Sustenta ainda, que a questão deve ser anulada, pois "As despesas da administração central são aquelas incorridas durante um determinado período com salários de TODO o pessoal administrativo e técnico lotado OU NÃO na sede central, [...]" verifica-se que os termos "todo o pessoal [...]" e "lotado OU NÃO na sede central" é possível inferir que as despesas da administração central englobam os salários de todos os funcionários da empresa (leia-se TODO O PESSOAL [...]), inclusive os vencimentos dos funcionários que atuam diretamente nos canteiros de obras, já que os funcionários administrativos e técnicos que trabalham nas frentes de serviço não estão lotados na sede central (leia-se "[...] pessoal administrativo e técnico lotado OU NÃO na sede central). Dessa forma, a esta sentença seria FALSA. A razão recursal não se sustenta, eis que quando se trata de administração central não estamos falando de pessoal de frente de serviços, mas sim os demais funcionários da empresa, que, podem estar na sede ou não.

Fonte: A resposta está em Tisaka, Maçahiko Orçamento na construção civil : consultoria, projeto e execução / Maçahiko Tisaka. — São Paulo : Editora Pini, 2006, páginas 91, 92 e 93.

#### **Questão: 31**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que na questão não há a informação se o orçamento de obras está sendo feito no âmbito do projeto básico e solicita a anulação da mesma. A razão recursal não se sustenta, eis que o orçamento para quantitativo somente é feito após o projeto concluído, ou seja, o detalhado, bem como as licenças ambientais são obtidas antes do planejamento de execução do orçamento. Sustenta ainda, que as letras D e E estão corretas, pois o licenciamento ambiental incorreria em custos para a execução da obra. O recurso não se

sustenta, eis que a questão é clara quando se fala em serviços e o licenciamento é feito antes mesmo do levantamento de custos, ou seja, não há nexos entre os fatos.

Fonte: A resposta está em Planejamento e gestão de obras: um resultado prático da cooperação técnica Brasil-Alemanha / Fritz Gehbauer ...[ et al.]; coordenação e redação Marisa Eggensperger. - Curitiba : CEFET-PR, 2002, página 348.

**Questão: 32**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta que a questão deve ser anulada por falta de opção no gabarito, bem como deveria ser um valor aproximado. O candidato apresenta uma fórmula onde separa a administração central do seguro/risco/garantia, o que é errado, pois o seguro/risco/garantia se soma à administração central, portanto, o recurso do candidato não se sustenta. O candidato sustenta que o gabarito deva ser alterado para a letra C, bem como apresenta a fórmula  $BDI = \{[(1+(AC+R+S+G))*(1+DF)*(1+L)]/(1-T)\} * 100$ . A razão recursal não se sustenta, eis que a fórmula é errônea, e que a correta é:

$$[(AC+R+S+G)*(1+DF)*(1+L)]/(1-T) - 1 * 100$$

Fonte: A resposta está em Tisaka, Maçahiko Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução / Maçahiko Tisaka. — São Paulo: Editora Pini, 2006, página 90.

Exercício proposto pelo professor.

**Questão: 34**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta que há duplicidade de gabarito e que a questão deve ser anulada, pois segundo o candidato “A alternativa E descreve (se as despesas para a mobilização estão computadas nos itens que compõe os custos diretos), exatamente o que o TCU considera.”. O recurso não se sustenta, pois, o mesmo afirma o que está no próprio acórdão do TCU e na alternativa E. Lembrando que a alternativa E traz a questão antes do início do contrato, o que obviamente não são custos diretos.

Fonte: A resposta está em Tisaka, Maçahiko Orçamento na construção civil : consultoria, projeto e execução / Maçahiko Tisaka. — São Paulo : Editora Pini, 2006, página 48.

**Questão: 35**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta que a questão não está no conteúdo programático do edital, bem como quebra-mar é considerada obra de hidrovia e não como obra complementar. O recurso não se sustenta, eis que o quebra-mar costeiro é uma obra que não fica no porto, mas sim em mar aberto, ou seja, é uma obra que complementa a atividade portuária e tem a função de dissipar a energia das ondas antes de chegarem na praia.

Fonte: A resposta está em ALFREDINI, Paolo; ARASAKI, Emília. Engenharia Portuária. São Paulo: Blucher, 2014, páginas 882 e 883.

**Questão: 37**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta que a questão não está no conteúdo programático do edital. O recurso não se sustenta, eis que o conteúdo abordado pela banca foi “Planejamento, Execução e Controle de Projetos e Execução de Obras”. O candidato sustenta que o gabarito deva ser alterado para a letra B. A razão recursal não se sustenta, eis que o cálculo correto é:

$$CS = N - Vr \times Tn \times h$$

$$CS = 84000 - 100 \times 7 \times 20 \rightarrow CS = 70.000 \text{ t.}$$

Deve-se diminuir a capacidade dos navios aos berços, para se obter a capacidade de armazenagem total, pois quando se soma há excesso e não há espaço para a armazenagem total.

Fonte: A resposta está em ALFREDINI, Paolo; ARASAKI, Emília. Engenharia Portuária. São Paulo: Blucher, 2014, páginas 855 e 856.

#### **Questão: 39**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta que a questão deve ser anulada, pois nenhuma resposta definem as modalidades de licitação. A razão recursal não se sustenta, primeiramente porque o mesmo cita a Lei nº 13.303/2016, sendo que a lei de licitações e contratos é a Lei nº 8.666/93. Continuando, conforme o decreto nº 9.412/2018, estabelece que a tomada de preços está compreendida entre R\$ 330.000,01 e 3.300.000,00. Como o valor da obra é de R\$ 2.450.000,00, a resposta só pode ser a tomada de preços.

Fonte: A resposta está em Lei 8.666/93, art. 23, item I, b) e decreto 9.412, de 18 de junho de 2018.

#### **Questão: 41**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão não apresenta nenhum erro de enunciado, de digitação ou de conceito, apenas na alternativa E foi indicada uma atividade que não se encontra no fluxo o que facilita a identificação de tal alternativa não está correta. Uma vez que o gabarito é a alternativa D, o argumento não é procedente.

Fonte: MATTOS, Aldo Dórea. *Como Preparar Orçamento de Obras: dicas para orçamentistas, estudos de caso, exemplos*. São Paulo: PINI, 2006.

#### **Questão: 43**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa A da questão 43, conforme apresentada, está apenas parcialmente correta, uma vez que não só técnicos de agrimensura podem fazer essa locação utilizando aparelhos topográficos, mas também Engenheiros Agrimensores, Técnicos em Edificações e Engenheiro Civil, desde que sejam devidamente habilitados para o emprego dos equipamentos. Já a alternativa B, ao contrário do que argumenta o proponente do Recurso, apresenta o método da Mangueira de nível definido corretamente. Embora tenha citado referências de blogs e apostilas de cursos, o recurso não procede uma vez que a mangueira de nível também é um instrumento de locação de obra no que tange a nivelamento e alinhamento, sendo um auxiliar nos procedimentos com esquadro, cavaletes, piquetes e tábua corrida, principalmente em terrenos com desnível, não incorrendo em problema para a resolução da questão.

##### Fontes:

- BARROS, Mércia Maria S. Botura; MELHADO, Silvio Burrattino. *Serviços Preliminares de Construção e Locação de Obras*, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Construção Civil. 2002.
- BORGES, Alberto de Campos. *Prática das Pequenas Construções*. 7. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1975. v. 1. p. 28-38.

**Questão: 44****Recurso procedente. Gabarito alterado para a alternativa D.**

O presente recurso procede, sendo o gabarito alterado para a letra D, que é a resposta correta da questão, uma vez que a única opção que apresenta os problemas ligados a projeto como sendo a segunda definição, ou seja, que fala das faltas de detalhamento, relação (coordenação) entre os projetos, que é denominado Compatibilização, é a alternativa D, ou seja, a sequência 3-1-2.

Fonte: SOUZA, Ana Lúcia Rocha de; MELHADO, Silvio Burrattino. *Preparação da Execução de Obras*. São Paulo: O Nome da Rosa, 2003.

**Questão: 45****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A presente questão não apresenta erro de digitação ou qualquer tipo de erro técnico que venha a prejudicar o candidato em sua realização. No enunciado foi apresentado um quantitativo para fabricação de  $1 \text{ m}^3$  de argamassa, conforme tabela apresentada. A quantidade de blocos por  $\text{m}^2$  de alvenaria é de **31,47 un**, sendo o volume de argamassa por  $\text{m}^3$  de alvenaria de **0,01466  $\text{m}^3$** . Sendo assim, não se justifica anulamento da questão nem ainda alteração do gabarito. Portanto, julgo IMPROCEDENTE o recurso solicitado para presente questão.

Fonte: MATTOS, A.D. *Como preparar orçamentos de obras: dicas para orçamentistas*. Editora: PINI, 2016 – São Paulo

**Questão: 47****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A presente questão trata-se de um pórtico ISOSTÁTICO, com cinco reações de apoio e duas reações na rótula, pois esta está associada a 3 barras, o que torna a condição da estrutura isostática. No entanto, se dividirmos em três estruturas, estas não ficam as três isostáticas isoladamente como tentou argumentar o autor, uma vez que a rótula interna se associa a duas reações de apoio. Como podemos facilmente obter, a reação de apoio maior é de 4 kN. Sendo o momento na rótula igual a zero, os pilares sofrem compressão de 3 e 4 kN. E o maior momento fletor que ocorre na estrutura é 4,5 kN.m. Vale ressaltar que a questão não apresenta qualquer tipo de erro técnico que impossibilite a resolução da mesma. Logo, julgo IMPROCEDENTE o recurso para a presente questão pois não há erro algum no gabarito.

Fonte: SORIANO, H.L. *Estática das estruturas*. Editora: Ciência Moderna, 2013 – Rio de Janeiro

**Questão: 50****Recurso procedente. Questão anulada**

A alternativa D da presente questão apresenta um erro de digitação, pois onde seria VIGAS foi digitado VIAS, o que dificulta e inviabiliza a resolução da presente questão, sendo possível ao candidato julgar como erradas as alternativas D e E. Portanto, o recurso é procedente e a presente questão foi anulada.

Fonte: Prova

**Questão: 01**

**Recurso procedente. Questão Anulada.**

O enunciado da questão é enfático ao solicitar a identificação das palavras acentuadas pelo mesmo motivo. Considerando que as palavras dúvida e metodológica são proparoxítonas, ou seja, são obrigatoriamente acentuadas na antepenúltima sílaba, assim como as palavras período e política, diante do exposto a questão foi anulada. **Verifica-se, portanto, que há duas opções de respostas que atendem ao enunciado da questão.**

**Questão: 04**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O único termo que constitui um sinônimo da palavra “divergências”, situada no terceiro parágrafo do texto, podendo substituí-la de modo a evitar a deturpação da mensagem em relação ao seu sentido original, é “desacordos”, estando, portanto, correta a alternativa B.

Fonte: Para mais detalhes, consultar <http://www.aulete.com.br/divergência>.

**Questão: 06**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “A Lei n. 12.815/2013 trouxe alterações positivas para o sistema de planejamento do Setor Portuário”, quanto a sua predicação, o verbo “trazer”, devidamente conjugado na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo, é classificado como “bitransitivo”, por ser empregado com dois objetos, um direto e outro indireto, concomitantemente, estando correta a alternativa C.

Fonte: LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 2010, p. 516.

**Questão: 07**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para manter a coerência da mensagem veiculada no texto, a conjunção “entretanto”, que é coordenativa adversativa, presente no segundo parágrafo, só não pode ser substituída por “por conseguinte”, que representa uma locução conjuntiva coordenativa conclusiva, estando correta a alternativa E. As demais alternativas apresentam uma conjunção ou locução conjuntiva coordenativa adversativa.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 290.

**Questão: 08**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa C mostra corretamente como o verbo “prever” seria flexionado no plural se o excerto “Dentre as sugestões, destaca-se a que prevê” fosse alterado para “Dentre as sugestões, destacam-se as que preveem”. Antes do Novo Acordo Ortográfico, sim, a palavra “preveem” recebia acento circunflexo no primeiro “e” do hiato, porém, com a vigência dele, tal palavra não é mais acentuada, o mesmo ocorrendo, por exemplo, com “deem”, “leem”, “veem” e “creem”.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 73.

**Questão: 16**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os dados podem ser inseridos na tabela a seguir:

<b>TRIPULANTE</b>	<b>PORTUGUESA</b>	<b>FRANGO</b>	<b>CALABRESA</b>
Carlos			
Pedro			
Fabrcio			
Marcos			
Luiz			
Alberto			

\_ Carlos comeu, no total, quatro fatias: uma da de portuguesa, uma da de frango e duas da de calabresa:

<b>TRIPULANTE</b>	<b>PORTUGUESA</b>	<b>FRANGO</b>	<b>CALABRESA</b>
Carlos	1	1	2
Pedro			
Fabrcio			
Marcos			
Luiz			
Alberto			

\_ Pedro comeu somente três fatias, mas não comeu da de calabresa;

<b>TRIPULANTE</b>	<b>PORTUGUESA</b>	<b>FRANGO</b>	<b>CALABRESA</b>
Carlos	1	1	2
Pedro			0
Fabrcio			
Marcos			
Luiz			
Alberto			

\_ Fabrcio comeu, no total, cinco fatias: duas da de portuguesa, duas da de calabresa e uma da de frango;

<b>TRIPULANTE</b>	<b>PORTUGUESA</b>	<b>FRANGO</b>	<b>CALABRESA</b>
Carlos	1	1	2
Pedro			0
Fabrcio	2	1	2
Marcos			
Luiz			
Alberto			

\_ Marcos comeu, no total, quatro fatias, das quais uma da de calabresa e uma da de portuguesa;

TRIPULANTE	PORTUGUESA	FRANGO	CALABRESA
Carlos	1	1	2
Pedro			0
Fabrcio	2	1	2
Marcos	1	2	1
Luiz			
Alberto			

\_ Luiz comeu, no total, cinco fatias, mas somente uma da de portuguesa;

TRIPULANTE	PORTUGUESA	FRANGO	CALABRESA
Carlos	1	1	2
Pedro			0
Fabrcio	2	1	2
Marcos	1	2	1
Luiz	1		
Alberto			

\_ Alberto comeu apenas uma fatia de cada tipo.

TRIPULANTE	PORTUGUESA	FRANGO	CALABRESA
Carlos	1	1	2
Pedro			0
Fabrcio	2	1	2
Marcos	1	2	1
Luiz	1		
Alberto	1	1	1

Completando o restante da tabela tem-se :

TRIPULANTE	PORTUGUESA	FRANGO	CALABRESA
Carlos	1	1	2
Pedro	2	1	0
Fabrcio	2	1	2
Marcos	1	2	1
Luiz	1	2	2
Alberto	1	1	1

Assim Luiz e Fabrcio comeram o mesmo nmero de fatias da pizza de calabresa.

Fonte: MARIANO, Fabrcio. Raciocnio Lgico para Concursos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

**Questão: 18**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Por equivalência lógica,  $m \rightarrow f \Leftrightarrow (\sim f \rightarrow \sim m) \Leftrightarrow (\sim m \vee f)$ . Logo, deve-se procurar pela proposição composta que seja logicamente equivalente a  $(\sim f \rightarrow \sim m)$  ou  $(\sim m \vee f)$ .

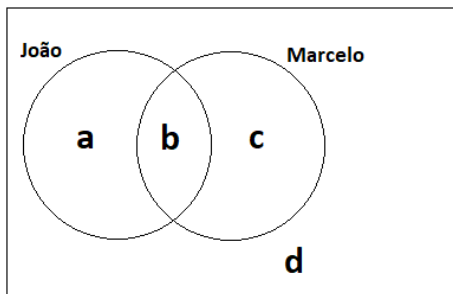
Analisando-se as alternativas, tem-se que:

- a)  $(f \vee m) \Leftrightarrow (m \vee f)$  – errado.
- b)  $(m \wedge \sim f)$  – errado (essa alternativa representa a negação da implicação lógica).
- c)  $(f \vee \sim m) \Leftrightarrow (\sim m \vee f)$  – **correta**.
- d)  $(\sim f \vee m) \Leftrightarrow (m \vee \sim f)$  – errado.
- e)  $(\sim f \rightarrow m)$  – errado.

Fonte: MARIANO, Fabrício. Raciocínio Lógico para Concursos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

**Questão: 19**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**



$$a + b + c + d = 56$$

$$b + c = 30$$

$$a + b = 36$$

$$d = 5$$

$$a + b + c + 5 = 56$$

$$a + (b + c) = 51$$

$$a + 30 = 51$$

$$a = 21$$

Logo tem-se que  $b = 15$ ,  $c = 15$  e que o número de entrevistados satisfeitos com o atendimento de apenas um dos funcionários é:  $a + c = 21 + 15 = 36$

Fonte: MARIANO, Fabrício. Raciocínio Lógico para Concursos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

**Questão: 24**

**Recurso procedente. Questão anulada.**

A questão possui duas respostas corretas, uma vez que, a alternativa “E” encontra-se de acordo com o que se expressa no inciso VIII, da Seção I, do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que assim dispõe: Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação. Desta feita, a questão foi anulada.

**Questão: 26**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa B se mostra incorreta pois, são os Poderes Executivos, e não os Poderes Legislativos, que poderão editar atos que estabeleçam regras de governança destinadas às suas respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista que se enquadrem na hipótese do § 1º, observadas as diretrizes gerais desta Lei. Assim, apenas a alternativa “C” está correta.

Fonte: Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm)

**Questão: 28**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresentada exigia conhecimentos sobre os princípios que regem o processo licitatório e seus conceitos. Foi solicitado que fosse indicada a alternativa incorreta. Somente a alternativa “C” está errada, pois o conceito apresentado se refere ao Princípio da competitividade, que determina que o caráter competitivo da licitação justifica-se pela busca da proposta mais vantajosa para Administração, motivo pelo qual é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo (art. 3.º, § 1.º, I, da Lei 8.666/1993). Quanto ao exemplo apresentado na alternativa, este não interfere na resolução da questão, pois o tema central é saber distinguir a diferença entre o princípio da competitividade e o princípio da isonomia.

Fonte: OLIVEIRA, Rafael Rezende. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática, 8ª edição.

**Questão: 29**

**Recurso procedente. Gabarito alterado para a alternativa C.**

Sustenta o recurso que na questão de número 29 houve a divulgação incorreta do gabarito oficial. As razões recursais dispõem que a resposta correta deveria ser a letra “C”, e não a “B”. Assim, ao revisar a referida questão, bem como suas alternativas, conclui-se que houve um equívoco na divulgação do gabarito oficial. A alternativa **CORRETA** para a questão de número 29 é a opção “C” (V,F,F,V), ou seja, os recursos interpostos são **PROCEDENTES**. Portanto, o gabarito foi alterado para a letra “C”.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 9ª reimpressão.

**Questão: 30**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que na questão de número 30, a resposta correta deveria ser letra “A”. As razões recursais apontam que a afirmação “I” estaria correta. Cumpre ressaltar que na referida questão somente as afirmações “II” e “III” estão corretas. A afirmação “I” está incorreta por dois motivos: 1 – No texto da questão, a utilização da expressão “devem”, leva a crer a existência de uma postura única por parte das empresas para que adotem o procedimento descrito na afirmação I, quando na verdade, a empresa pode também adotar uma posição contrária, dependendo de suas políticas internas. 2 – Em muitas organizações, inclusive do setor público, os funcionários somente conquistam adicionais ou são promovidos, mediante avaliação satisfatória de desempenho, caso o funcionário tenha uma avaliação insatisfatória, a recompensa relacionada ao tempo de serviço não é cancelada, mas sim postergada para o próximo período avaliativo. O motivo para essa postergação é necessária para oferecer um tempo ao funcionário para que o mesmo aprimore os pontos insatisfatórios de sua última avaliação de desempenho. Portanto, é recomendável que as Recompensas estejam atreladas à Avaliação de Desempenho. Assim, mediante argumentação, a banca decide pela IMPROCEDÊNCIA dos recursos e pela Manutenção do Gabarito Oficial.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 9ª reimpressão.

#### **Questão: 31**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que na questão de número 31 a alternativa correta seria a letra “E”. As razões recursais apontam que a referida questão “não faz referência a nenhum teórico para a delimitação da cultura organizacional”. Cumpre ressaltar que, apesar da questão não fazer referência direta a nenhum teórico, a mesma foi construída tendo como base as teorias do autor Idalberto Chiavenato. No campo da Administração e, mais especificamente, no campo da Gestão de Pessoas, as teorias do referido autor são amplamente aceitas, tanto pelo meio acadêmico quanto empresarial. Ademais, a questão de número 31 trabalha basicamente com termos conceituais e seus respectivos significados, não sendo preponderante, portanto, a existência de uma citação direta, no corpo da questão, sobre determinado teórico. Assim, mediante argumentação, a banca decide pela IMPROCEDÊNCIA do recurso e pela **Manutenção do Gabarito Oficial**.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 9ª reimpressão.

#### **Questão: 33**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que a questão de número 33 deveria ser anulada, devido as alternativas não contemplarem uma resposta correta. As razões recursais apontam que a alternativa “E” estaria também correta. Analisando o recurso, bem como a questão, cumpre-nos informar que a alternativa “E” é a única opção INCORRETA na questão de número 33. O motivo para sua incorreção é que a mesma não é uma ferramenta adotada pelas organizações no desenvolvimento de carreiras. As “simulações situacionais”, no âmbito da questão de número 33, é um caso hipotético e incorreto. Caso a mesma fosse adotada, as organizações poderiam correr o risco de criar uma série de problemas potencialmente perigosos para a saúde física e mental dos seus colaboradores, podendo levar inclusive ao afastamento ou a perda de potenciais talentos. Assim, mediante argumentação, a banca decide pela IMPROCEDÊNCIA do recurso e pela Manutenção do Gabarito Oficial.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 9ª reimpressão.

#### **Questão: 42**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Decreto Lei 5.452/1943 estabelece que:

Art. 13. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.

Fonte: Art. 13 – Seção I Capítulo I - Título II – Decreto-Lei 5.452/1943 (Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10/10/1969)

**Questão: 43**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

***O Decreto nº 99.684 de 08 de Novembro de 1990 Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e estabelece que:***

**Art. 35.** A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

**I** - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e por força maior comprovada com o depósito dos valores de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 9º; (Redação dada pelo Decreto nº 2.430, de 1997)

**II** - extinção da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou, ainda, falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão do contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

**III** - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

**IV** - falecimento do trabalhador;

**V** - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação SFH, desde que:

**a)** o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

**b)** o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses; e

**c)** o valor de cada parcela a ser movimentada não exceda a oitenta por cento do montante da prestação;

**VI** - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário concedido no âmbito do SFH, desde que haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação, sem prejuízo de outras condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

**VII** - pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

**a)** conte o mutuário com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes; e

**b)** seja a operação financiada pelo SFH ou, se realizada fora do Sistema, preencha os requisitos para ser por ele financiada;

**VIII** - quando permanecer três anos ininterruptos, a partir de 14 de maio de 1990, sem crédito de depósitos;

**IX** - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 1974; e

**IX** - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 1974; (Redação dada pelo Decreto nº 5.860, de 2006)

**X** - suspensão do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias.

**X** - suspensão do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias; (Redação dada pelo Decreto nº 5.860, de 2006)

**XI** - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna (Incluído pelo Decreto nº 5.860, de 2006)

**XII** - aplicação, na forma individual ou por intermédio de Clubes de Investimento - CI- FGTS, em quotas de Fundos Mútuos de Privatização - FMP-FGTS, conforme disposto no inciso XII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de

maio de 1990, com a redação dada pelo art. 31 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. (Incluído pelo Decreto nº 2.430, de 1997)

**XII** - aplicação, na forma individual ou por intermédio de Clubes de Investimento - CI- FGTS, em quotas de Fundos Mútuos de Privatização - FMP-FGTS, conforme disposto no inciso XII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; (Redação dada pelo Decreto nº 5.860, de 2006)

**XIII** - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; e (Incluído pelo Decreto nº 5.860, de 2006)

**XIII** - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; (Redação dada pelo Decreto nº 9.345, de 2018)

**XIV** - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave. (Incluído pelo Decreto nº 5.860, de 2006)

**XIV** - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.345, de 2018)

**XV** - para a aquisição de órtese ou prótese, mediante prescrição médica, com vista à promoção da acessibilidade e da inclusão social do trabalhador com deficiência, observadas as condições estabelecidas pelo Agente Operador do FGTS, inclusive o valor limite movimentado por operação e o interstício mínimo entre movimentações realizadas em decorrência da referida aquisição, que não poderá ser inferior a dois anos. (Incluído pelo Decreto nº 9.345, de 2018)

§ 1º Os depósitos em conta vinculada em nome de aposentado, em razão de novo vínculo empregatício, poderão ser sacados também no caso de rescisão do contrato de trabalho a seu pedido.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II, o trabalhador somente poderá sacar os valores relativos ao último contrato de trabalho.

§ 3º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 4º - A garantia a que alude o art. 18 deste Regulamento não compreende as aplicações que se refere o inciso XII deste artigo. (Incluído pelo Decreto nº 2.430, de 1997)

§ 5º - Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no FGTS em razão da aquisição de ações, bem como os ganhos ou perdas dela decorrentes, observado o disposto na parte final do § 1º do art. 9º, não afetarão a base de cálculo da indenização de que tratam os §§ 1º e 2º, do art. 9º deste Regulamento. (Incluído pelo Decreto nº 2.430, de 1997)

§ 6º - Os resgates de quotas dos FMP-FGTS e dos CI- FGTS, para os casos previstos nos incisos I a IV e VI a XI deste artigo, somente poderão ocorrer com autorização prévia do Agente Operador do FGTS. (Incluído pelo Decreto nº 2.430, de 1997)

§ 6º Os resgates de quotas dos FMP-FGTS e dos CI- FGTS, para os casos previstos nos incisos I a IV e VI a X deste artigo, somente poderão ocorrer com autorização prévia do Agente Operador do FGTS. (Redação dada pelo Decreto nº 5.860, de 2006)

§ 7º - Nos casos previstos nos incisos IV, VI e VII, o resgate de quotas implicará retomo à conta vinculada do trabalhador do valor resultante da aplicação. (Incluído pelo Decreto nº 2.430, de 1997)

§ 8º - O limite de cinquenta por cento a que se refere o inciso XII deste artigo será observado a cada aplicação e após deduzidas as utilizações anteriores que não tenham retornado ao FGTS de modo que o somatório dos saques da espécie, atualizados, não poderá ser superior à metade do saldo atual da respectiva conta. (Incluído pelo Decreto nº 2.430, de 1997)

§ 9º Na movimentação das contas vinculadas a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015, de que trata o § 22 do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o cronograma de atendimento, o critério, a forma e a data limite de pagamento serão estabelecidos pelo Agente Operador do FGTS, não podendo exceder 31 de julho de 2017, sendo permitido o crédito automático para a conta poupança de titularidade do trabalhador previamente aberta na Caixa Econômica Federal, desde que o trabalhador não se manifeste negativamente. (Incluído pelo Decreto nº 8.989, de 2017)\_

§ 9o-A. Nos casos de comprovada impossibilidade de comparecimento pessoal do titular da conta vinculada do FGTS para solicitação de movimentação de valores, o cronograma de atendimento de que trata o § 9o não poderá exceder a data de 31 de dezembro de 2018, conforme estabelecido pelo Agente Operador do FGTS. (Incluído pelo Decreto nº 9.108, de 2017)

§ 10. Na hipótese do crédito automático de que trata o § 9º, o trabalhador poderá, até 31 de agosto de 2017, solicitar o desfazimento do crédito ou a transferência do valor para outra instituição financeira, independentemente do pagamento de qualquer tarifa, conforme procedimento a ser definido pelo Agente Operador do FGTS. (Incluído pelo Decreto nº 8.989, de 2017)

§11. Para efeito da movimentação da conta vinculada na forma do inciso XV do caput, considera-se: (Incluído pelo Decreto nº 9.345, de 2018)

a) trabalhador com deficiência - aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física ou sensorial; e (Incluído pelo Decreto nº 9.345, de 2018)

b) impedimento de longo prazo - aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de dois anos e que, em interação com uma ou mais barreiras, possa obstruir a participação plena e efetiva do trabalhador na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Incluído pelo Decreto nº 9.345, de 2018)

A alternativa que considera despedida COM justa causa não é incluída no artigo supra citado.

Fonte: **Art. 35 – Capítulo VI** - Decreto nº 99.684/1990

#### Questão: 49

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que na questão de número 49 a visualização da figura estaria ilegível, dificultando assim a visualização por parte do candidato. Entretanto, cumpre-nos informar, que a referida figura, que representa a Estrutura Organizacional da ANTAQ, é apenas de natureza exemplificativa, ou seja, a resolução da questão de número 49 não está diretamente ligada à análise desta figura, portanto, não é crucial para o candidato que a figura estivesse completamente nítida. Assim, mediante argumentação, a banca decide pela IMPROCEDÊNCIA do recurso e pela Manutenção do Gabarito Oficial.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. 3ª edição. Barueri, SP: Manole, 2014.

### Cargo: Analista Portuário - Gestão Portuária

#### Questão: 01

##### **Recurso procedente. Questão Anulada.**

O enunciado da questão é enfático ao solicitar a identificação das palavras acentuadas pelo mesmo motivo. Considerando que as palavras dúvida e metodológica são proparoxítonas, ou seja, são obrigatoriamente acentuadas na antepenúltima sílaba, assim como as palavras período e política, diante do exposto a questão foi anulada. **Verifica-se, portanto, que há duas opções de respostas que atendem ao enunciado da questão.**

#### Questão: 02

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O termo “zoneamento” é localizável em dicionários consagrados, porém “alocativo”, não, constituindo-se em neologismo do autor. Não existe o verbo “existenciar” na língua portuguesa. Já a forma verbal “republica” está na terceira pessoa do singular do presente do modo indicativo do verbo “republicar”. Como estão corretas apenas a I e a IV afirmações, a resposta certa para a questão está localizada na alternativa C.

Fonte: AZEREDO, José Carlos de. *Dicionário Houaiss de conjugação de verbos*. São Paulo: Publifolha, 2012.

**Questão: 05**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Secretaria de Portos foi criada recentemente, ou seja, em 2007, tendo, portanto, 12 anos de existência, o que torna incorreta a alternativa A. Conforme o texto, “os instrumentos de planejamento vigentes, tais como o Plano Nacional de Logística Portuária, o Plano Geral de Outorgas, os Planos Mestres, os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuários e os Programa de Arrendamento dos Portos permitem que se possa enxergar o rumo a ser tomado para que os portos e terminais portuários nacionais se desenvolvam com máxima eficiência produtiva e alocativa”. Assim, está incorreta a alternativa B. Conforme o texto, “a coordenação entre o Plano Nacional de Logística Portuária e o Plano Geral de Outorgas é determinante para que haja uma política adequada na condução dos esforços para realização das outorgas no Setor Portuário, ampliando, assim, sua capacidade por meio de investimentos a serem realizados em parceria com a iniciativa privada”. Assim, está incorreta a alternativa C. Conforme o texto, “faz-se necessário que o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte realize suas reuniões periódicas, em conformidade com o estabelecido por ocasião de sua criação”. Assim, está incorreta a alternativa D. Conforme o texto, “a criação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. também demonstra um avanço importante, desde que esse órgão cumpra o seu papel institucional, qual seja, planejar o setor de transportes nacional, levando em consideração todos os seus modais e os portos”. Assim, está correta a alternativa E por parafrasear tal excerto do texto da seguinte forma: um progresso significativo corresponde ao surgimento da Empresa de Planejamento e Logística S.A., conquanto ela planeje com sabedoria a área de transportes nacional.

Fonte: PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007.

**Questão: 10**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As linhas tracejadas do texto podem ser preenchidas correta e respectivamente por “a” e “à”, estando correta a alternativa A, visto ser “denotar” um verbo transitivo direto, que não requisita, portanto, o uso de preposição, e o emprego do verbo “cabere” ensejar a presença de um objeto indireto quando significa “competir”, “pertencer”, que é o caso da frase situada no texto. A sua construção correta demanda, assim, o uso do acento indicativo de crase: “à Agência Nacional de Transportes Aquaviários caberá a operacionalização dessas outorgas” (grifo nosso).

Fonte: LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 2010, p. 103 e 171.

**Questão: 13**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

*Rootkits*: são códigos mal-intencionados feitos para esconder outros vírus, dificultando sua remoção.

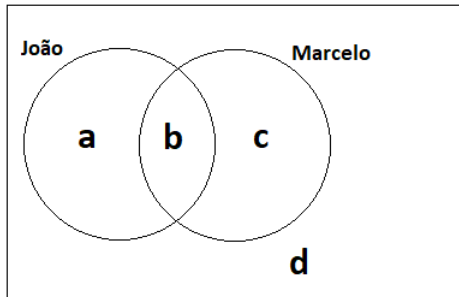
Stealth vírus: (vírus camuflados) tentam ao máximo esconder sua presença

Quanto aos vírus stealth eles tentam, ao máximo, esconder sua presença.

Fonte: SILVA, M. G. da – *Informática – Terminologia: Microsoft Windows 7, Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010, Microsoft Office Access 2010*. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2011. – Pág.: 103 e 104

**Questão: 20**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**



$$a + b + c + d = 56$$

$$b + c = 30$$

$$a + b = 36$$

$$d = 5$$

$$a + b + c + 5 = 56$$

$$a + (b + c) = 51$$

$$a + 30 = 51$$

$$a = 21$$

Logo tem-se que  $b = 15$ ,  $c = 15$  e que o número de entrevistados satisfeitos com o atendimento de apenas um dos funcionários é:  $a + c = 21 + 15 = 36$

Fonte: MARIANO, Fabrício. Raciocínio Lógico para Concursos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

**Questão: 24**

**Recurso procedente. Questão anulada.**

A questão possui duas respostas corretas, uma vez que, a alternativa “E” encontra-se de acordo com o que se expressa no inciso VIII, da Seção I, do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que assim dispõe: Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação. Desta feita, a questão foi anulada.

**Questão: 28**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresentada exigia conhecimentos sobre os princípios que regem o processo licitatório e seus conceitos. Foi solicitado que fosse indicada a alternativa incorreta. Somente a alternativa “C” está errada, pois o

conceito apresentado se refere ao Princípio da competitividade, que determina que o caráter competitivo da licitação justifica-se pela busca da proposta mais vantajosa para Administração, motivo pelo qual é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo (art. 3.º, § 1.º, I, da Lei 8.666/1993). Quanto ao exemplo apresentado na alternativa, este não interfere na resolução da questão, pois o tema central é saber distinguir a diferença entre o princípio da competitividade e o princípio da isonomia.

Fonte: OLIVEIRA, Rafael Rezende. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática, 8ª edição.

### **Questão: 29**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Todas as alternativas da questão foram elaboradas com base a Lei nº 9.491 de 9 de setembro de 1997.

A alternativa “**A**” está **CORRETA**. É transcrição literal do Artigo 4º, II:

*Art. 4º As desestatizações serão executadas mediante as seguintes modalidades operacionais:*

*[...]*

*II - abertura de capital;*

A alternativa “**B**” está **INCORRETA**. Ele contradiz o disposto no Artigo 2º, II:

*Art. 2º Poderão ser objeto de desestatização, nos termos desta Lei:*

*[...]*

*II - empresas criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle direto ou indireto da União;*

A alternativa “**C**” está **CORRETA**. É transcrição literal do Artigo 2º, III:

*Art. 2º Poderão ser objeto de desestatização, nos termos desta Lei:*

*[...]*

*III - serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização;*

A alternativa “**D**” está **CORRETA**. É transcrição literal do Artigo 1º, I:

*Art. 1º O Programa Nacional de Desestatização – PND tem como objetivos fundamentais:*

*I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;*

A alternativa “**E**” está **CORRETA**. É transcrição literal do Artigo 2º, § 1º, b:

*Art. 2º Poderão ser objeto de desestatização, nos termos desta Lei:*

*[...]*

*§ 1º Considera-se desestatização:*

*b) a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União, diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade.*

### **Questão: 31**

#### **Recurso procedente. Questão Anulada.**

Solicita-se os recursos a anulação da questão, haja vista a existência de 2 alternativas incorretas: “**C e E**” e 3 alternativas corretas: “**A, B e D**”.

A alternativa “**A**” está **CORRETA** e tem por base o Decreto-lei nº 200/1967, artigo 5º.

*Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:*

*I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.*

A alternativa “**B**” está **CORRETA** e tem por base o disposto na Constituição Federal de 1988, Art. 37, XIX.

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

[...]

*XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;*

A alternativa “**C**” está **INCORRETA** e tem por base o disposto na Constituição Federal de 1988, Art. 37, conforme transcrito a seguir. Quando da elaboração da questão, houve equívoco na transcrição de um dos princípios constitucionais, tendo como consequência, a incorreção da alternativa.

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, **impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:[...]”*

A alternativa “**D**” está **CORRETA** e tem por base o disposto:

No Decreto-Lei nº 6016 de 1943:

*“Dispõe sobre a imunidade dos bens, rendas e serviços das autarquias e dá outras providências.*

[...]

*Art. 2º Considera-se autarquia, para efeito deste decreto-lei, o serviço estatal descentralizado, com personalidade de direito público, explícita ou implicitamente reconhecida por lei.”*

No Decreto-lei nº 200/1967:

*“Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.*

*Art. 4º A Administração Federal compreende:*

*II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:*

*a) Autarquias;*

*Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:*

*I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.”*

A alternativa “**E**” está **INCORRETA** e tem por base o disposto na Lei nº 9.491 de 09/09/1997, que alterou os procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização e revogou a Lei nº 8.031, de 12/04/1990. Não há óbice à criação de agências reguladoras estaduais. Atualmente, podem ser citadas: ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo; ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará e a AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul.

### **Questão: 33**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No instrumento convocatório, não há recomendações ou exclusões de bibliografias.

A questão sob comento versa sobre conteúdo exigido no Edital: *“Abordagens: Teoria econômica da Regulação, Teoria da Captura, Teoria do Agente-Principal.”*

Todas as alternativas a serem analisadas tiveram por base bibliografias que versam sobre Teoria da Regulação e são amplamente aceitas e reconhecidas no mundo acadêmico, seja no Brasil, seja no exterior.

Portanto, recurso improcedente.

Fonte:

- O item I está correto. Fonte: MACAVOY, Paul W. *Industry regulation and the performance of the American economy*. New York: W. W. Norton & Co., 1992. Pag.: 15;
- item II está correto. Fonte: STIGLER, George J. *The theory of economic regulation*. *Bell Journal of Economics and Management Science*, New York, v. 2, n. 1, p. 1-21, Spring 1971. Pag.: 4-5;
- item III está correto. Fonte: STIGLER, George J. *The theory of economic regulation*. *Bell Journal of Economics and Management Science*, New York, v. 2, n. 1, p. 1-21, Spring 1971. Pag.: 11;

**Questão: 34**

**Recurso procedente. Questão anulada.**

Solicita-se os recursos a anulação da questão, haja vista a existência de 2 alternativas incorretas: **“C e D”** e 3 alternativas corretas: **“A, B e E”**.

A alternativa **“C”** está INCORRETA. Para que a alternativa se torne correta seria necessária a supressão do vocábulo *“direta”* que se encontra logo após o vocábulo *“indireta”*. As citações das duas formas de exploração do porto estão em desacordo com a definição de concessão parcial.

A alternativa **“D”** está INCORRETA. A concessão cheia é: *“Delegação de funções da administração do porto e exploração direta e indireta das instalações portuárias.”*

Fonte: [portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/A-regulacao-no-setor-aquaviario-ANTAQ.pdf](http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/A-regulacao-no-setor-aquaviario-ANTAQ.pdf)

**Questão: 35**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As alternativas **“A”** e **“B”** estão CORRETAS, conforme disposto a seguir:

*“O Poder Público e seus desmembramentos administrativos, nos Estados de Direito como o nosso, atuam dentro das normas legais que fixam a competência de seus órgãos e delimitam o campo de atuação da Administração, estabelecendo os controles a que se sujeitam a atividade pública e seus agentes. Esses controles, segundo o Poder que os exerce, são classificados em judicial, parlamentar e administrativo. Nesta exposição só nos interessam os controles administrativos, mas é necessário que se conceituem as duas primeiras modalidades, para bem compreendermos a terceira.”*

Alternativa **“C”** está CORRETA.

*“1.1 Controle judicial - Controle judicial é o exercido exclusivamente pelos órgãos do Poder Judiciário, na sua função judicante e contenciosa. Essa correção das atividades públicas pelo Poder judiciário visa à defesa dos administrados e à manutenção da Administração dentro das normas legais, pelo que é apenas um controle de legalidade.”*

Alternativa **“D”** está CORRETA.

*1.2 Controle parlamentar - Controle parlamentar é o exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo sob o duplo aspecto da legalidade e da conveniência pública, pelo que se caracteriza como um controle eminentemente político e, como tal, alheio aos direitos individuais do administrado, mas adstrito aos interesses coletivos da comunidade.*

Alternativa “E” está INCORRETA.

*1.3 Controle administrativo - Controle administrativo é todo aquele que o Executivo e os órgãos de administração dos demais Poderes exercem sobre suas próprias atividades, visando mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas de sua realização, pelo que é um controle de legalidade, de conveniência e de eficiência. Sob esses três aspectos pode e deve operar-se o controle administrativo, para que a atividade pública atinja a sua finalidade, que é o pleno atendimento dos interesses coletivos a cargo da Administração em geral. O controle administrativo pode ser exercido pelos próprios órgãos internos da Administração (controle hierárquico propriamente dito), como por órgãos externos incumbidos do julgamento dos recursos (tribunais administrativos) ou das apurações de irregularidades funcionais (órgãos correccionais). Todos eles, entretanto, são meios de controle administrativo. Esses meios de controle podem ser preventivos, sucessivos ou corretivos. Pelos primeiros estabelecem-se formalidades e exames prévios dos atos administrativos para adquirirem eficácia e operatividade; pelos segundos acompanha-se a formação dos atos; pelos terceiros corrigem-se os atos defeituosos ou ilegítimos.*

Fonte: A Administração pública e seus Controles- Hely Lopes Meirelles  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/38799/37538>

**Questão: 44**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo o recurso impetrado as alternativas A, B, C e D podem ser consideradas respostas à questão. Entretanto, o enunciado da questão demandava a resposta tecnicamente INADEQUADA aos fatores condicionantes do enunciado.

Pode-se afirmar que as respostas A, B, D e E estão tecnicamente corretas e somente a C está incorreta, pois a velocidade do navio é importante na definição da profundidade do canal de acesso portuário.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: ALFREDINI, Paolo. Obras e gestão de portos e costas São Paulo: Editora Blucher, 2005.

**Questão: 46**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso impetrado estabelece como correto o item II do enunciado que afirma “Carga a granel: é aquela que, líquida ou seca, pode ser transportada com contagem de unidades e acondicionada em grandes volumes para facilitar sua operação”.

Pode-se afirmar que o conceito de granel está ligado à forma com que o produto é acondicionado. Se os volumes são grandes e não estão acondicionados trata-se de granel, seja líquido ou sólido. Desse modo não há como contar os volumes em unidades de carga, tipo barris ou sacarias, por exemplo.

Cargas tipo granel quando são acondicionadas em unidades tipo barris e sacarias deixam de ser graneis e passam a ser consideradas carga geral.

Portanto, o disposto no item II do enunciado está tecnicamente incorreto, situação está que fragiliza o recurso impetrado.

Mantém-se o gabarito.

**Questão: 47**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os recursos impetrados o verbo “atacar” presente no enunciado ocasionou dificuldade no entendimento da questão.

Claramente o que existiu foi erro de digitação em relação ao verbo “atracar” que seria o termo correto. Mas, pelos termos dos próprios recursos tal situação não ocasionou prejuízo em relação ao entendimento da questão.

Os navios roll-on-roll-off objeto do enunciado possuem, predominantemente, rampas de boreste, o que os obrigam a atracar de boreste para poderem operar adequadamente.

Mantém-se o gabarito.

**Questão: 50**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Art. 32 da Lei 12.915 estabelece que cabe ao OGMO “I - administrar o fornecimento da mão de obra do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso”.

Essa administração do fornecimento da mão de obra deixa subentendido que é a própria escala da mão de obra, pois, segundo o dicionário Caldas Aulete escalar significa “designar pessoas para realizar tarefas”, ou seja, fornecer mão de obra.

Ainda a Lei 12.815 no Art. 32 estabelece “II - manter, com exclusividade, o cadastro do trabalhador portuário e o registro do trabalhador portuário avulso”. O enunciado da questão considera “II. Efetuar cadastro, registro, controle e fiscalização da mão de obra e do pagamento dos trabalhadores avulsos”. A redação da questão não especifica e/ou associa o registro e/ou cadastro ao trabalho portuário e/ou avulso. Portanto, a questão deve ser interpretada genericamente.

Mantém-se o gabarito.

**Cargo: Analista Portuário – Medicina do Trabalho**

**Questão: 01**

**Recurso procedente. Questão Anulada.**

O enunciado da questão é enfático ao solicitar a identificação das palavras acentuadas pelo mesmo motivo.

Considerando que as palavras dúvida e metodológica são proparoxítonas, ou seja, são obrigatoriamente acentuadas na antepenúltima sílaba, assim como as palavras período e política, diante do exposto a questão foi anulada. **Verifica-se, portanto, que há duas opções de respostas que atendem ao enunciado da questão.**

**Questão: 24**

**Recurso procedente. Questão anulada.**

A questão possui duas respostas corretas, uma vez que, a alternativa “E” encontra-se de acordo com o que se expressa no inciso VIII, da Seção I, do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que assim dispõe: Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação. Desta feita, a questão foi anulada.

**Cargo: Analista Portuário - Meio Ambiente**

**Questão: 01**

**Recurso procedente. Questão anulada.**

O enunciado é enfático ao afirmar que os termos foram apresentados sem a utilização do hífen. No entanto, há duas palavras a serem analisadas (inter-racial e anti-ibérico) que contrariam tal afirmação. Dessa forma, devido à inconsistência presumida no enunciado, comprometendo o entendimento da questão, sendo assim, a questão foi anulada.

**Questão: 02**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Fórum” (1º§) leva acento por ser uma paroxítona terminada em “um”. Está correta, portanto, a primeira afirmação. “Artifício” (1º§) é acentuada não por ser proparoxítona, mas por constitui uma paroxítona terminada em ditongo crescente. Assim, está incorreta a segunda afirmação. “Há” (2º§) não é oxítona, e sim um monossílabo tônico, estando incorreta a terceira afirmação. “Portuários” (2º§) não recebe acento porque a vogal “a” figura sozinha numa sílaba, e sim por ser uma paroxítona terminada em ditongo crescente. Assim, está correta a alternativa A.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional 2010.

**Questão: 08**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto à frase “De um lado, há os que sustentam que se trata de mais um artifício para os proprietários de navios aumentarem os seus lucros”, a alternativa que, de acordo com a Norma Culta, mostra a substituição correta para o excerto “há os que sustentam” é a letra E, ou seja, “devem existir os que sustentam”. Aproveitando-se o indicado nas alternativas da questão, outras possibilidades de reescritura correta do excerto seriam: “há aqueles que sustentam” e “deve haver os que sustentam”.

Fonte: CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

**Questão: 09**

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa C.**

No tocante ao fragmento “No Brasil, o mercado segurador da carga tem sido um dos mais críticos desse antigo instituto do transporte marítimo que foi seguido pelos demais modais, com algumas diferenças”, a alternativa que introduz uma modificação necessária para que ele adquira uma característica inerente ao texto preditivo é a letra C, por conter um verbo conjugado no futuro do presente do modo indicativo. As demais alternativas exploram as funções poética, fática e expressiva da linguagem.

Fonte: CLARA AMORIM, Catarina Sousa. *Gramática da língua portuguesa*. Porto: Areal, 2012.

**Questão: 11**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

A questão não apresenta erros que levem à anulação, porque você tem que digitar o [www] em primeiro, desta forma, o termo “digitar” faz sentido no enunciado, uma vez que somente com o CTRL + ENTER não se completa o endereço.

As alternativas incorretas e suas respectivas formas corretas são:

Para se enviar um e-mail **não** é necessário que remetente e destinatário estejam conectados à Internet;

Uma conexão dial-up, que pode ser utilizada para enviar e-mails, **não** é considerada banda larga.  
Um endereço de e-mail **precisa ter, obrigatoriamente**, o @ (arroba).

Fontes: SILVA, M. G. da – Informática – Terminologia: Microsoft Windows 7, Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010, Microsoft Office Access 2010. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2011. – Pág.: 69 – Capítulo – Internet.

**Questão: 14**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

O mouse só se apresenta na forma de uma seta quando posicionado do lado esquerdo, logo, se o mouse não se transformar em uma seta, as operações que são referidas a ele não serão executadas. Desta forma a questão não apresenta erros que justifiquem sua anulação.

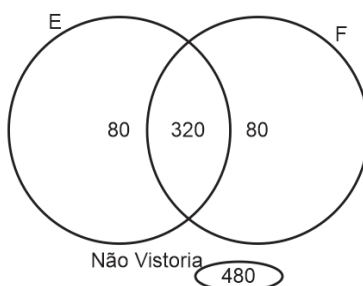
Fontes: SILVA, M. G. da – Informática – Terminologia: Microsoft Windows 7, Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010, Microsoft Office Access 2010. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2011. – Pág.: 69 – Capítulo – Internet. – Pág.: 124 e 125.

**Questão: 16**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão afirma que “metade dos navios não passaram por nenhuma vistoria”. Logo, o número de navios que passaram por alguma vistoria deve ser igual ao número de navios que não passaram por nenhuma vistoria.

Desse modo, fica o diagrama de Venn:



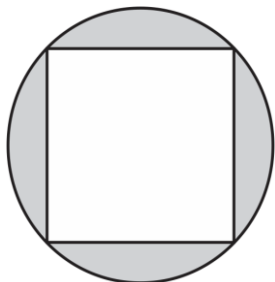
Logo, 320 navios passaram pelas duas vistorias.

O recurso interposto propõe um valor que resulta em uma soma de navios igual a 800, diferente dos 960 navios que afirma a questão.

Mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão: 17**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**



A figura apresentada indica que a diagonal (d) do quadrado é igual ao dobro do raio R. Sendo (l) o lado do quadrado, tem-se:

$$d = l\sqrt{2} = 2R \Rightarrow l = \frac{2R}{\sqrt{2}} = \frac{2R\sqrt{2}}{\sqrt{2}\sqrt{2}} = R\sqrt{2}$$

. Este é o lado do quadrado.

Portanto:

$$A_{circ} = \pi R^2$$

$$A_{qua} = (R\sqrt{2})^2 = 2R^2$$

Logo, a diferença fica:  $\pi R^2 - 2R^2 = (\pi - 4)R^2$

Conforme gabarito preliminar.

### Questão: 18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado informa que: “Cosme não trabalha como eletromecânico e possui um salário menor que o de Jânio”.

Logo, Jânio não pode receber o menor salário (R\$ 2.500,00), conforme afirma alternativa B.

Para que a alternativa seja considerada correta, ela não pode conter nenhum erro em suas afirmações.

Mantém-se o gabarito preliminar.

### Questão: 19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sequência é uma P.A. dada por:

(25, 60, 95, 130, 165, 200, 235, 270, 305, 340, 375, ...)

Note que a razão da PA é 35.

Logo, o 10º termo é: 340 e a soma dos 11 termos é: 2200.

Portanto, a razão S/X será:  $2200/(340-25) = 6,98$

Mantém-se o gabarito preliminar.

### Questão: 20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando que o número de passageiros é 1.256, verifica-se que a questão não possui erro:

“1/4 dos passageiros estava realizando sua primeira viagem”:  $1256/4 = 314$ . Logo, 314 estavam em sua primeira viagem.

“1/3 dos demais ( $1256-314 = 942$ ) estava em sua segunda experiência em cruzeiro”:  $942/3 = 314$ . Logo, 314 também estavam em sua primeira viagem.

“Metade dos passageiros que fizeram mais de duas viagens contavam com um número maior que 10 de viagens realizadas.”: 628 contavam com uma ou duas viagens e 628 contavam com mais. Desses 628, metade contava com mais de 10 viagens e a outra metade com um número entre 3 e 10. Portanto, o valor também é 314 para cada caso.

Desse modo, o número total de passageiros é:  $314*4 = 1256$ .

Conforme gabarito preliminar.

### Questão: 21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão informa claramente que seria cobrado conhecimento sobre a Lei de acesso a informações e suas regulamentações. Pois bem, o conteúdo programático do Edital trouxe que seria cobrado conhecimentos sobre a Lei 12.527/11 e Decreto 7.724/2012, sendo certo que o referido decreto é normas regulamente a lei de acesso a informação. Assim, os conceitos abordados nas alternativas estão aparados pelo Edital.

Fonte:

- Edital Nº 01 de 03 de maio DE 2019.  
Disponível em: [https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6\\_535461.pdf](https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6_535461.pdf)
- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012  
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm)
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.  
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)

**Questão: 30**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apesar de não haver indicação direta da norma técnica ABNT NBR 10.004/04 no conteúdo programático, esta se encontra de forma indireta no conteúdo “Manual de Boas Práticas Portuárias”.

É importante salientarmos que, “Manual”, é um livro sobre uma determinada matéria e têm com sinônimo “Guia”.

O Guia de Boas Práticas Portuárias do Ministério da Infraestrutura tem como objetivo indicar as melhores práticas e as adequações gerenciais, técnicas e procedimentos cabíveis através das Legislações e normas específicas aplicáveis ao gerenciamento de resíduos, efluentes e fauna e/ou gestão ambiental na área portuária em escala nacional. Uma das normas específicas citadas é a ABNT NBR 10.000/2004, portanto, o recurso é improcedente pois a ABNT NBR 10.004/2004 está citada de forma indireta.

O recurso é improcedente, mantém-se o gabarito.

**Questão: 39**

**Recurso prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso prejudicado vez que o gabarito divulgado é a alternativa “E”.

**Questão: 42**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Lei 12.815 explicita no seu Art. 2º as seguintes definições:

IX - Concessão: cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado;

XI - Arrendamento: cessão onerosa de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do porto organizado, para exploração por prazo determinado;

XII - Autorização: outorga de direito à exploração de instalação portuária localizada fora da área do porto organizado e formalizada mediante contrato de adesão;

Portanto, na prova apenas a definição de concessão está correta.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: Lei 12.815

**Questão: 44**

**Recurso procedente. Gabarito alterado para a alternativa C.**

Do modo como está especificado o enunciado, mesmo considerando o condicionante adotado para o canal de acesso (de pequena extensão) pode-se entender que não seria necessário (em condições de normalidade) o emprego de rebocadores. Para que o emprego dos rebocadores fosse mandatário no canal de acesso o enunciado deveria ser mais explícito em relação a condicionantes que obrigassem seu uso. O gabarito foi alterado para a letra (C).

**Questão: 46**

**Recurso prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No recurso aponta-se como gabarito da questão a letra (E) que é exatamente a divulgada pelo gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito.

**Questão: 48**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A operação de descarga dos navios petroleiros é sempre efetuada com o auxílio do sistema de bombeamento do próprio navio, enquanto a descarga é sempre efetuada com o uso do bombeamento do terminal.

Mantém-se o gabarito.

**Questão: 49**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso considera como sendo a estiva que trabalha nas instalações portuárias. Entretanto, a estiva trabalha no navio, como pode-se constatar nas definições abaixo.

A Lei 12.815 define estiva como sendo: “II - estiva: atividade de movimentação de mercadorias nos conveses ou nos porões das embarcações principais ou auxiliares, incluindo o transbordo, arrumação, peação e despeação, bem como o carregamento e a descarga, quando realizados com equipamentos de bordo”. Portanto, essa definição se refere aos trabalhadores que operam dentro do navio.

Na lei 12.915 define-se capatazia: “I - capatazia: atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário”

Mantém-se o gabarito.

Fonte: Lei 12.815

**Questão: 50**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso argumenta que a Lei 12.815 não consta do edital do concurso. Mas o edital está repleto de itens que são contemplados nessa lei, como por exemplo, organização geral dos portos brasileiros, mão obra portuária, regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, formas de parceria entre as administrações pública e privada, etc.

Portanto, a questão aborda aspectos contemplados na lei, que estão amparados de alguma forma no edital do concurso.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: Lei 12,815

**Cargo: Técnico Portuário - Administrativo - Operacional**

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>02</b>	<b>08</b>	<b>04</b>	<b>10</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O 1º§ do texto denota que “O Círio de Nazaré é mais do que tudo isso, refere-se a uma prática religiosa na qual não se objetiva o encontro com a divindade através do desenvolvimento do próprio potencial ou poderes internos, mas sim através da fé na divindade e em sua ajuda para se alcançar os objetivos finais espirituais. Uma imensa reverência, adoração e ação de graças à Maria de Nazaré”. Dessa forma, não se pode afirmar que “O Círio de Nazaré é meramente uma prática religiosa que desenvolve atos espirituais, próprios e internos do ser humano”. Trata-se de uma afirmação limitada e insuficiente em relação ao tema abordado. As demais afirmações estão de acordo com o texto, a saber: “A fé no Círio de Nazaré se manifesta de imensuráveis formas; essa forte devoção torna-se a mais pura fé” (6º§ e 7º§); “O Círio de Nazaré expressa uma experiência espiritual, ou seja, a certeza de que milagres podem acontecer” (4º§); “Cada um que segue a procissão do Círio de Nazaré é uma evidência de um sentimento puro, natural e imaculado” (2º§); e, “A fé transporta montanhas, ou seja, promove curas, mudanças, transformações e permite que alcancemos os nossos objetivos” (6º§). O recurso é improcedente.

Fonte:

O próprio texto.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>03</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>07</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O contexto é uma circunstância essencial na produção de textos. Ele corresponde ao conjunto de conjunturas (materiais ou abstratas) que rodeiam um acontecimento ou fato. Assim, contexto são todas as informações que acompanham o texto, modo pelo qual as ideias se encadeiam no discurso. Sendo assim, o contexto corresponde ao ambiente físico ou situacional e pode ser uma referência histórica, social, cultural, familiar. De acordo com o encadeamento de ideias em que se encontra empregada, a expressão “estampada” significa “deixar vestígio ou marca de”, ou seja, “marcada”; “assinalada”. As demais opções de respostas são impróprias e incoerentes ao trecho, já que distorcem ou descaracterizam a mensagem transmitida. O recurso é improcedente.

Fontes:

- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009. CEGALLA, Domingos Paschoal.
- **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo acordo ortográfico**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	15	12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

A questão se refere aos atalhos padrão que o Windows 7 cria, e que apenas um deles é exibido na área de trabalho. O usuário pode criar qualquer atalho, mas esse é padrão do Windows 7, exibido na área de trabalho, logo não existem erros na questão que a inviabilizem.

A resposta correta é: Lixeira.

O Windows 7 cria atalhos de Área de Trabalho para cinco (5) locais: a Lixeira, a janela Computador, seus arquivos pessoais, sua rede e o Painel de Controle. Contudo, por padrão ele exibe apenas o ícone da Lixeira.

Fonte: PREPPERNAU, J.; COX, J.; ONLINE SOLUTIONS, INC. – Windows 7: passo a passo. – Porto Alegre: Bookman, 2010. Pág.: 234

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	12	13	11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

A questão só apresenta uma alternativa CORRETA, que é a Barra de Ferramentas de Acesso rápido, uma vez que o Office 2010 já não apresentava mais Barra de Ferramenta, e sim Faixa de Opções, desta forma, a questão não apresenta erros que a inviabilizem.

A Barra de Ferramentas de Acesso Rápido é uma barra com botões de comando que fica localizada ao lado da guia Arquivo, sendo que com essa barra você pode executar comandos que usa com maior frequência, além do fato de poder ser personalizada de acordo com o usuário e até mesmo mudar a posição da mesma.

Fonte: SILVA, M. G. da – Terminologia Microsoft Windows 7, Internet, Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office Powerpoint 2010, Microsoft Office Access 2010. – 2ª ed. – São Paulo: Érica, 2011. – Pág.: 236

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	18	19	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sejam as preposições:

P: João trabalha no porto

Q: Maria está de folga.

Desse modo, uma sentença logicamente equivalente é:

$P \rightarrow Q = \sim Q \rightarrow \sim P$  (Se Maria não está de folga, então João não trabalha no porto.)

Conforme gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	19	16	20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sejam as premissas simbolizadas:

P1: Se Carlos é armador, então Pedro é bagrinho:  $A \rightarrow B$

P2: Pedro não é bagrinho ou Josefa é agente de navegação  $\sim B$  ou C

P3: Josefa não é agente de navegação  $\sim C$

Todas devem ser verdadeiras. Logo:

$\sim C = (V)$

$\sim B$  ou C = V ou F = (V)

$A \rightarrow B = F \rightarrow F = (V)$

Desse modo, fica:

A = F: Carlos não é armador

B = F: Pedro não é bagrinho

C = F: Josefa é agente de navegação.

Portanto, Carlos não é armador e Pedro não é bagrinho.

Conforme gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	20	17	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso interposto foi criado com base em um enunciado incorreto, a saber:

“Portanto, o enunciado não contém resposta correta, pois, traz em suas alternativas a quantidade de trabalhadores que realizarão tanto a quantidade de trabalhos que realizarão offshore apenas que é 121 e também a quantidade de trabalhadores que realizarão apenas cabotagem que é 66”

O enunciado da questão pede:

“Quantos desses despachantes são treinados em uma única modalidade de trabalho?”

Portanto, a resposta correta seria  $121 + 66 = 187$ , conforme gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	25	23	22

**Recurso procedente. Questão anulada.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas merecem acolhimento, uma vez que não há alternativa que atenda a questão. Levando-se em consideração a natureza do trabalho desenvolvido, mister se faz a compreensão dos termos utilizados pela legislação pertinente aos Portos. Tal lei, em seu artigo 2º apresenta definições de vital importância para a compreensão da legislação, tão específica. O inciso II do artigo 2º define como **área do porto organizado** a área delimitada por ato do Poder Executivo que compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto organizado. Destarte, ante a ausência de alternativa que consigne “área do porto organizado”, a presente questão resta sem alternativa correta e por esse motivo foi ANULADA.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	21	24	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. O comando da questão solicita a marcação da alternativa que não contempla uma das modalidades de infração a que os operadores portuários estão sujeitos. A Lei dos portos estabelece como penalidades passíveis de aplicação em casos de cometimento de infrações, a depender da gravidade da situação: Advertência, multa, proibição de ingresso na área do porto por período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias, cancelamento do credenciamento do operador portuário e suspensão da atividade de operador portuário, pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias; A alternativa incorreta apresenta um prazo de suspensão definido em 90 (noventa) dias, o que não está correto segundo artigo 47, inciso IV da referida Lei. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>28</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão exige que o candidato aponte o caso que caracteriza o superfaturamento. Contudo, a alternativa “E” traz o conceito de **sobrep preço**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu Art. 31. § 1º, inciso I, que define “quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitário de um item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, ou ao valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por preço global ou por empreitada;”

Fonte: Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm)

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>39</b>	<b>50</b>	<b>34</b>	<b>44</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a autora Maria Célia Bastos Pereira, o *feedback* deverá ser pontual e, não apenas no retorno da avaliação formal.

O *feedback* pode:

Ser descritivo em vez de avaliativo = A pessoa que está fornecendo *feedback* deve descrever fatos e dados que ocorreram em relação ao comportamento de quem está recebendo *feedback*. Quando não há julgamento, e sim apenas o relato de um evento, reduz-se a necessidade de se reagir defensivamente, o que faz com que o indivíduo possa ouvir e sentir-se à vontade para utilizar aquele dado da maneira que julgar conveniente.

Ser específico em vez de Geral => Quando se diz a alguém que ele “fala muito” em ocasiões inadequadas, isso tem menos significado do que quando se descreve seu comportamento em uma ocasião específica. Um exemplo seria: “nessa reunião você não ouviu a opinião dos demais e tomou a decisão sozinho”.

Ser oportuno => Em geral, o *feedback* é mais útil quando é dado o mais próximo possível da ocorrência do comportamento em questão, dependendo da abertura da outra pessoa para ouvi-lo e do clima emocional do emissor.

Ser direto com a pessoa que participou do evento ocorrido => O *feedback* deve ser sobre fatos observados pelo emissor, e não baseado em informações fornecidas por terceiros.

O *feedback* NÃO pode:

Ser fornecido somente na avaliação de desempenho => Para ser oportuno o *feedback* deverá ser pontual e, não apenas no retorno da avaliação formal.

Fonte: PEREIRA, Maria Célia Bastos – RH ESSENCIAL – Gestão estratégica de pessoas e competências – 1ª edição – Editora Saraiva – 2014 – Pág. 108 / 110.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	29	36	50

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Antonio Cesar Amaru Maximiano a estratégia os principais componentes a serem considerados na análise estratégica da situação é a missão da organização até o presente; o desempenho da organização até o presente (resultados alcançados em comparação com os objetivos); as vantagens competitivas e as estratégias vigentes. A exceção está no modelo orgânico.

**Discriminando:**

Missão da organização até o presente => A missão estabelece o propósito ou a razão de ser da organização. Identificar a missão é entender a qual necessidade do mercado (ou ambiente) a organização atende, ou sua utilidade para os clientes.

Desempenho da organização até o presente (resultados alcançados, em comparação com os objetivos) => A análise do desempenho produz informações sobre os resultados obtidos pela organização, em comparação com seus objetivos e com o desempenho da concorrência. A análise do desempenho pode focalizar os seguintes itens principais: participação dos clientes no faturamento, participação dos produtos e serviços no faturamento, participação no mercado e análise das vantagens competitivas. A análise do desempenho é um dos componentes para a identificação de pontos fortes e fracos da organização.

Vantagens competitivas => Vantagens competitivas são os fatores que contribuem para que um produto, serviço, ou empresa tenha sucesso em relação aos concorrentes. As vantagens competitivas também podem ser entendidas como as razões pelas quais o cliente prefere uma empresa, produto ou serviço. Também podem estar associadas às condições internas da empresa e não às preferências de seus clientes e mercados.

Estratégias vigentes => São as formas de atuar no mercado (ou formas de concorrência), que a organização tem utilizado no passado até o presente.

Modelo Orgânico => As organizações são diferentes umas das outras. Os dois modelos principais são: Mecanicistas e Orgânicos. No modelo Orgânico as organizações procuram reduzir o grau de formalidade e impessoalidade. Organizações desse tipo dão maior ênfase ao sistema social e às pessoas. A autonomia das pessoas é maior, assim como a ênfase na comunicação informal. Esse modelo define a empresa e não faz parte do planejamento estratégico.

Fonte: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – Sexta Edição – São Paulo – Editora Atlas – 2004 – Pág. 165 / 253.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	34	45	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano descreve as seguintes estruturas:

Funcional => O modo mais simples de departamentalização é o que se baseia no critério funcional, que tanto pode ser usado pelas organizações de grande como de pequeno porte. A partir de uma departamentalização funcional, a estrutura pode evoluir para outras formas mais complexas.

Territorial ou Geográfico => Cada unidade de trabalho corresponde a um território (ou pedaço do mapa). O critério geográfico ou territorial (ou regional) pode ser utilizado quando a organização opera numa área grande ou em locais diferentes, e em cada local é necessário disponibilizar certo volume de recursos ou certa autonomia.

Por produto=> Quando a empresa trabalha com vários produtos ou serviços, que apresentam diferenças importantes entre si, pode ser melhor administrar cada um individualmente. Essa escolha resulta em uma estrutura organizacional em que a responsabilidade é dividida usando o produto ou serviço como critério.

Por Áreas do conhecimento => Escolas, Laboratórios, Institutos de Pesquisa trabalham com diferentes áreas do conhecimento, que são suas linhas de produtos. Nessas organizações, os departamentos são criados para realizar atividades especializadas nas diferentes áreas do conhecimento.

Por cliente => A organização por cliente pode ser utilizada em qualquer nível hierárquico e área funcional da estrutura, sempre que houver diferenças marcantes entre os clientes, que justifiquem algum tipo de tratamento especializado. Volume de compras, características especiais dos produtos, intensidade e frequência do atendimento exigido são alguns critérios que normalmente diferenciam os clientes uns dos outros.

Fonte: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – Sexta Edição – São Paulo – Editora Atlas – 2004 – Pág. 229 / 238.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>44</b>	<b>35</b>	<b>48</b>	<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A autora Maria Célia Bastos Pereira esclarece que a cultura organizacional representa o resultado da adaptação de uma organização ao seu meio ambiente. É constituída de valores agregados, hábitos e comportamentos que resultam de experiências coletivas – experiências essas que, se relevantes, são preservadas e repassadas aos novos membros das organizações, em um processo denominado socialização ou integração, portanto, ela é parte integrante da socialização;

Fonte: PEREIRA, Maria Célia Bastos – RH ESSENCIAL – Gestão estratégica de pessoas e competências – 1ª edição – Editora Saraiva – 2014 – Pág. 196.

**Cargo: Técnico Portuário - Manutenção e Acompanhamento Portuário**

**Questão: 18**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sejam as preposições:

P: O capitão está transportando mercadorias importadas

Q: o navio não é taxado na alfândega

Desse modo, uma sentença logicamente equivalente é:

P ou  $\sim Q = \sim P \rightarrow \sim Q$  (Se o capitão não está transportando mercadorias importadas, então o navio não é taxado na alfândega.)

Note que  $\sim P \rightarrow \sim Q$  NÃO É EQUIVALENTE a  $P \rightarrow Q$ .

Mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão: 19**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O raciocínio apresentado no recurso está correto. Contudo, o enunciado da questão diz: “É correto afirmar que o produto dos algarismos que compõe o número W é igual a:”

Logo, deve-se encontrar o produto dos algarismos do número 75. A saber:  $7 \times 5 = 35$ .

Mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão: 32**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão questiona os valores dos módulos de  $V_{DC}$ ,  $R_{DC}$  e  $I_{DC}$  respectivamente, cuja resposta correta é a opção E. O valor do módulo da resistência entre os pontos D e C deve ser calculado em conjunto com o circuito, pois o resistor (dispositivo) de 5K está conectado ao circuito (malha resistiva), dessa forma, o valor entre os pontos D e C não é de 5 K. Considere por exemplo um multímetro medindo a resistência entre os pontos D e C. Só seria 5K se pelo menos um dos nós D ou C estivesse aberto. Para mais detalhes e compreensão segue a memória de cálculo.

Memória de cálculo:

Cálculo de  $V_{dc}$ : Para isso calcula-se a tensão no ponto C e no ponto D. Para a tensão no ponto D, aplicando divisor de tensão tem-se;  $V_c = 15 \times 6 / (R_{cb} + 6) = 15 \times 6 / 8 = 11,25 \text{ V}$

Em seguida calcula-se  $V_d = 11,25 \times 10 / 15 = 7,5 \text{ V}$ . logo,  $V_{dc} = V_d - V_c = 11,25 - 7,5 = \underline{\underline{3,75 \text{ V}}}$

$R_{dc} = 5 \text{ K} // ((2 \text{ K} // 10 \text{ K}) + 10 \text{ K}) = 5 \text{ K} // 11,67 = \underline{\underline{3,5 \text{ K}}}$

Para calcular  $I_{dc}$ , primeiro calcula-se a corrente total  $I = 15 / R_{ab} = 15 / (2 + 10 // 15) = 15 / 8 = 1,88 \text{ mA}$

Por divisor de corrente no ponto C temos;  $I_{dc} = I \times 10 / 25 = 1,88 \times 10 / 25 = \underline{\underline{0,75 \text{ mA}}}$

Logo a alternativa correta é a sequência: **3,75 V, 3,5 K e 0,75 mA**

Fonte:

- Santos, Kelly Vinente dos Fundamentos de eletricidade / Kelly Vinente dos Santos. – Manaus : Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2011
- Apostila Eletricidade Volume 1- Escola SENAI “Prof. Dr. Euryclides de Jesus Zerbini” Edição 1.0. Campinas/SP, 2002.

**Questão: 43**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A capacidade máxima para o condutor de 6 mm é de 46 A (método de instalação C – ver tabela anexa). Como a questão não considera o método, nem isolação, deve se considerar o método com maior valor. Por outro lado, dentro das opções oferecidas, por eliminação, só resta a primeira opção como alternativa correta. Pois as outras opções disponibilizam disjuntores de 40 A, inferior à corrente do chuveiro para 127 V (alternativas B e C), e as demais, a corrente dos disjuntores é inferior para ligação em 220 V (alternativas D e E), restando somente a opção A.

Anexo:

Tabela 36 — Capacidades de condução de corrente, em ampères, para os métodos de referência A1, A2, B1, B2, C e D

Condutores: cobre e alumínio  
 Isolação: PVC  
 Temperatura no condutor: 70°C  
 Temperaturas de referência do ambiente: 30°C (ar), 20°C (solo)

Seções nominais mm <sup>2</sup>	Métodos de referência indicados na tabela 33											
	A1		A2		B1		B2		C		D	
	Número de condutores carregados											
	2	3	2	3	2	3	2	3	2	3	2	3
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
Cobre												
0,5	7	7	7	7	9	8	9	8	10	9	12	10
0,75	9	9	9	9	11	10	11	10	13	11	15	12
1	11	10	11	10	14	12	13	12	15	14	18	15
1,5	14,5	13,5	14	13	17,5	15,5	16,5	15	19,5	17,5	22	18
2,5	19,5	18	18,5	17,5	24	21	23	20	27	24	29	24
4	26	24	25	23	32	28	30	27	36	32	38	31
6	34	31	32	29	41	36	38	34	46	41	47	39
10	46	42	43	39	57	50	52	46	63	57	63	52
16	61	56	57	52	76	68	69	62	85	76	81	67

**Observação:**

No caso de escolha de condutores com Isolação: EPR ou XLPE, temperatura no condutor de 90°C, a capacidade aumenta. (ver Tabela 37 da ABNT NBR 5410:2004)

**Fonte:**

- ABNT NBR 5410:2004. Tabelas 36 e 37. Pág. 101, 102.
- Instalações Elétricas - Helio Creder - 14ª Edição - LTC – 2007. Pág 88

**Cargo: Técnico Portuário - Meio Ambiente****Questão: 47****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado não afirma que a precipitação ocorre somente em águas oceânicas. Solicita que dos três componentes do ciclo hidrológico listado, seja assinalado o(s) que ocorre(m) apenas em águas oceânicas, no caso a precipitação.

Mantém-se o gabarito.

**Cargo: Técnico Portuário - Programação e Controle de Serviços de Tecnologia da Informação****Questão: 02****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão é enfático ao solicitar que “De acordo com o texto, muitas vezes a lenda do Boto é apropriada para encobrir alguns fatos; assinale-os”. Dessa forma, o último parágrafo do texto evidencia que “(...) alguns psicólogos e sociólogos apontam que, muitas vezes, as mulheres usam a lenda como forma de esconder episódios de violência ou incesto que geraram uma gravidez”. Conclui-se, portanto, que o último parágrafo do texto anuncia e expressa esclarecimentos que atendem ao questionamento. As demais opções de respostas são

inadequadas às argumentações textuais, já que se tratam de eventualidades que não foram relatadas no texto. O recurso é improcedente.

Fonte: O próprio texto.

**Questão: 14**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

A resposta correta é: Ajustar à janela: Uma cópia da imagem é centralizada na tela.

A imagem preenche a tela horizontal ou verticalmente e mantém sua proporção original.

Desta forma, a única alternativa que atende ao enunciado da questão é Ajustar à janela

Fonte: PREPPERNAU, J.; COX, J.; ONLINE SOLUTIONS, INC. – Windows 7: passo a passo. – Porto Alegre: Bookman, 2010. – Pág.: 352.

**Questão: 19**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O raciocínio apresentado no recurso está correto. Contudo, o enunciado da questão diz: “É correto afirmar que o produto dos algarismos que compõe o número W é igual a:”

Logo, deve-se encontrar o produto dos algarismos do número 75. A saber:  $7 \times 5 = 35$ .

Mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão: 27**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático do cargo de Técnico Portuário - Programação e Controle de Serviços de Tecnologia da Informação traz em seu bojo diversos temas, inclusive a Lei 13.303/2016. Em momento algum, a norma editalícia delimitou os pontos que seriam cobrados da referida norma. Logo, caberia ao candidato ter conhecimento integral da norma.

Fonte: Edital Nº 01 de 03 de maio DE 2019.

Disponível em: [https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6\\_535461.pdf](https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/7/6_535461.pdf)

**Questão: 46**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

Nos Sistemas Linux o comando [ls] exibe o conteúdo dos diretórios. A opção -d (minúscula), trata diretórios como arquivos comuns.

ls -d (este comando vai tratar diretórios como arquivos comuns)

Fonte: FERREIRA, R. E. – **Linux:** guia do administrador do sistema. – 2ª ed. – São Paulo: Novatec Editora, 2008. – Pág.: 46

**Questão: 50**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca mantém o gabarito divulgado anteriormente.

O comando reset inicializa o terminal.

Utilizado ainda com a opção -q exibe o tipo de terminal.

Fonte: FERREIRA, R. E. – **Linux**: guia do administrador do sistema. – 2ª ed. – São Paulo: Novatec Editora, 2008. – Pág.: 62 a 65

## Cargo: Técnico Portuário - Segurança do Trabalho

### Questão: 02

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão é enfático ao solicitar que “De acordo com o texto, muitas vezes a lenda do Boto é apropriada para encobrir alguns fatos; assinale-os”. Dessa forma, o último parágrafo do texto evidencia que “(...) alguns psicólogos e sociólogos apontam que, muitas vezes, as mulheres usam a lenda como forma de esconder episódios de violência ou incesto que geraram uma gravidez”. Conclui-se, portanto, que o último parágrafo do texto anuncia e expressa esclarecimentos que atendem ao questionamento. As demais opções de respostas são inadequadas às argumentações textuais, já que se tratam de eventualidades que não foram relatadas no texto. O recurso é improcedente.

Fonte: O próprio texto.

### Questão: 45

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta que o gabarito deve ser alterado da letra C para a letra A, devido a ser a resposta correta. O recurso não se sustenta, eis que o gabarito fornecido pela banca para a questão nº 45 é a letra A, qual é a alternativa correta, bem como foi a alternativa correta proposta para a prova.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em NR-6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), item 6.6 e 6.7.

### III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

7 de agosto de 2019

**INSTITUTO CONSULPLAN**